

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS

RUMO A UMA  
ESTRATÉGIA PARA ANGOLA:  
PRIORIDADE PARA AS RELAÇÕES  
ENTRE ANGOLA E OS  
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

VINCENT A. MAI AND FRANK G. WISNER  
PRESIDENTES DA COMISSÃO

WILLIAM L. NASH  
DIRECTOR DO PROJECTO

ADAM P. FRANKEL  
VICE-DIRECTOR DO PROJECTO

RELATÓRIO DE UMA COMISSÃO INDEPENDENTE PATROCINADO PELO  
CENTRO DE ACÇÃO PREVENTIVA

Rumo a uma estratégia  
para Angola:  
Prioridade para as relações entre  
Angola e os Estados Unidos da  
América



Rumo a uma estratégia  
para Angola:  
Prioridade para as relações entre  
Angola e os Estados Unidos da  
América

Relatório de uma Comissão Independente

Fundado em 1921, o Conselho de Relações Exteriores é uma organização independente, com afiliados em todo o país, além de ser um centro não partidário para especialistas, dedicado à criação e disseminação de conceitos, de modo que os seus associados, pessoas físicas e jurídicas, arquitectos de políticas, jornalistas, estudiosos e pessoas interessadas, nos Estados Unidos e noutros países, possam ter um melhor entendimento do mundo e das opções de política externa disponíveis para os Estados Unidos e outros governos. O Conselho realiza-o convocando reuniões e levando o cabo um amplo programa de estudos, editando o *Foreign Affairs*, destacado órgão especializado em relações internacionais e na política externa dos Estados Unidos da América, e mantendo uma ampla gama de associados, patrocinando Grupos de Trabalho independentes e proporcionando informações actualizadas sobre o mundo e a política externa dos Estados Unidos da América, através da sua página da Internet, CFR.org.

O CONSELHO NÃO TOMA POSIÇÃO INSTITUCIONAL EM TORNO DE QUESTÕES POLÍTICAS E NÃO MANTÉM VÍNCULO COM O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA. TODAS AS AFIRMAÇÕES SOBRE FACTOS E MANIFESTAÇÕES DE OPINIÃO CONSTANTES DE SUAS PUBLICAÇÕES SÃO DA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS SEUS AUTORES.

O Conselho patrocina um Grupo de Trabalho independente, no momento em que: (1) surgir uma questão de importância e relevância críticas na política externa dos EEUU e (2) se tornar evidente que um grupo com antecedentes diversos poderia chegar a um consenso significativo em torno de uma política por meio de deliberações privadas e não partidárias. Via de regra, um grupo de trabalho reúne-se de duas a cinco vezes, durante um período determinado, a fim de assegurar a relevância dos seus trabalhos.

Ao chegar a uma conclusão, o grupo de trabalho independente publica um relatório e o Conselho publica-o na sua página da internet, CFR.org. Os relatórios do grupo de trabalho são o reflexo patente e significativo de um consenso em torno de uma determinada política, pois os membros do grupo de trabalho dão a sua aprovação ao sentido e fulcro definidos pelo grupo, mesmo não sendo em torno de todos os pareceres e recomendações. Os membros do grupo de trabalho que compõe o consenso poderão também apresentar pareceres adicionais ou opiniões divergentes, que passam a fazer parte do relatório final. Os "relatórios da presidência" são assinados exclusivamente pelos presidentes respectivos, sendo geralmente precedidos ou seguidos de um relatório completo do Grupo de Trabalho. Ao chegar a uma conclusão, do grupo de trabalho poderá solicitar que pessoas que não participaram do grupo de trabalho, se associem ao relatório final, a fim de ampliar o seu impacto. Todos os relatórios do grupo de trabalho correlacionam os seus pareceres com a política externa do governo, a fim de explicitar os pontos de convergência e de divergência. Cada Grupo de Trabalho mantém responsabilidade exclusiva sobre o seu respectivo relatório. O Conselho não toma posição como instituição.

Para obter mais informações sobre o Conselho ou seus Grupos de Trabalho, dirija-se a a Council Publications, Council on Foreign Relations, 58 East 68th street, New York, NY 10021, ou pelo telefone 212 434 9888, central de comunicações. Visite a nossa página CFR.org.

Copyright © 2007 by the Council on Foreign Relations® Inc.

All rights reserved.

Printed in the United States of America.

Proibida a reprodução total ou parcial deste relatório, excepto o facultado pelas secções 107 e 108 da lei dos direitos autorais (17 USC, Sections 107,108) e trechos por críticos da imprensa pública, sem autorização escrita expressa do Conselho de Relações Exteriores. Para mais informações, dirija-se ao Publications Office, Council on Foreign Relations, 58 East 68th Street, New York, NY, 10021.

Presidentes da Comissão

Vincent A. Mai

Frank G. Wisner

Director do Projecto

William L. Nash

Vice-Director do Projecto

Adam P. Frankel



## Membros da Comissão

Kofi Appenteng

Edward V.K. Jaycox

Peter W. Baird

Princeton N. Lyman

Pauline H. Baker

Callisto Madavo

Malik M. Chaka

Mora L. McLean

Herman J. Cohen

M. Peter McPherson

Julius E. Coles

Arthur Mark Rubin

Chester A. Crocker

Marian L. Tupy

Frank E. Ferrari

Nancy J. Walker

David L. Goldwyn

Steven D. Winch

Paul J. Hare

James D. Zirin

Patrick Hayford





# Índice

Prefácio	v
Agradecimentos	vii
Mapas	x
Lista de siglas	xii
Relatório da Comissão	1
Sumário Executivo	3
Introdução: Porquê Angola?	9
Uma nação em transição	11
Desafios do pós-guerra	17
A reformulação da estratégia dos Estados Unidos em relação a Angola	32
Recomendações para a política americana	43
Conclusão	48
Membros da Comissão	50
Declaração de Missão do Centro de Acção Preventiva	58



## Prefácio

A paz tornou-se uma realidade em Angola, desde 2002, quando terminou a sangrenta guerra civil que durou vinte e sete anos. Não obstante, muito resta a fazer para que Angola se torne um estado democrático, com uma sociedade próspera e que inclua todos os seus cidadãos. Interessa aos Estados Unidos da América ajudar a criar uma paz sustentável e duradoura em Angola, não só para a segurança dos suprimentos de energia dos EEUU, mas também para promover a estabilidade na África Austral. Ao fazê-lo, os Estados Unidos da América devem actuar cautelosamente porque, embora no fundo os líderes de Angola respeitem os EEUU e desejem um forte relacionamento com os Estados Unidos, muitos em Angola—por causa da história das relações entre os EEUU-Angola—guardam suspeitas em relação à política americana.

A missão do Centro de Acção Preventiva do Conselho (CAP) é ajudar a prevenir, dissolver ou resolver conflitos, em países ou regiões, que possam de outra forma passar despercebidos. Depois de uma cuidadosa avaliação do país, a Comissão de Acção Preventiva Independente da CAP verificou que Angola é uma potência emergente no continente africano, com o potencial de alcançar estabilidade e prosperidade a longo prazo. Por sentir que quaisquer propostas não devem ultrapassar o alcance do poderio e influência Americana—e reconhecendo que acabar com a corrupção ou produzir respeito pela democracia de forma que os americanos o possam reconhecer, especialmente depois de séculos de domínio colonial português e décadas de guerra civil, é uma meta de longo prazo—a comissão procurou ser realista nas suas recomendações. A Comissão considera que os Estados Unidos da América devem deixar claro, que a promoção das relações EEUU-Angola é importante para os Estados Unidos. Para além de intensificar a atenção diplomática e a assistência sustentada, os Estados Unidos podem tomar medidas a fim de alcançar os objectivos partilhados por meio de discussões bilaterais mais frequentes,

cooperação com organizações multilaterais e parcerias inovadoras com empresas privadas.

O Conselho e o CAP devem muito a Vincent A. Mai e a Frank G. Wisner, co-presidentes da comissão, pela liderança e perseverança que demonstraram no estudo das relações entre os Estados Unidos e Angola, para depois delinear uma visão estratégica da política dos Estados Unidos em relação a este país. Juntamente com os co-presidentes, vinte comissários—inclusive académicos ilustres, ex-funcionários do governo americano, funcionários de organizações internacionais, e líderes de organizações empresariais e não-governamentais—devotaram quase dois anos de trabalho a este projecto. Princeton N. Lyman merece agradecimentos pela sua extraordinária orientação em tudo o que diz respeito a África e pelos seus esforços no sentido de ampliar as bases da participação dos Estados Unidos nesse continente.

Finalmente, desejo agradecer ao Director do CAP e “Sénior Fellow” William Nash, que ocupa a cadeira de Prevenção de Conflitos criada em homenagem ao General John W. Vessey, pela sua administração do projecto. Em todo o trabalho da Comissão, Bill teve em mente as metas mais amplas do projecto: promover o desenvolvimento, a boa governação e a reconciliação entre países que ultrapassaram os conflitos, a fim de que as condições que ameaçam a estabilidade não voltem a manifestar-se.

Richard N. Haass  
Presidente

Conselho de Relações Exteriores

Abril de 2007

## Agradecimentos

Em primeiro lugar e acima de tudo, desejo agradecer aos Co-Presidentes da Comissão, Vincent Mai e Frank Wisner, pelo tempo dedicado e pela energia despendida enquanto durou este projecto. A sua prudência, os seus instintos aguçados e o estilo informal de trabalho não só tornaram o relatório possível, mas também contribuíram para o seu peso e importância.

A Comissão contou com um grupo muito talentoso e experiente, inclusive dois ex-secretários de estado adjuntos e uma série de talentosos diplomatas, funcionários de organizações internacionais, especialistas em assuntos africanos, empresários e líderes não-governamentais. Todas as recomendações por eles feitas, a atenção que dedicaram aos múltiplos esboços do relatório e a paciência que demonstraram foram essenciais e muito apreciadas. A experiência de Princeton N. Lyman, Director do Programa de Estudos de Política Africana do Conselho, na maior parte do período de elaboração do relatório, foi incalculável. Edward V. K. “Kim” Jaycox, um membro da comissão, substituiu outros membros e chefiou a delegação de pesquisa a Angola. Quando os voos foram cancelados, ele não deixou de trabalhar. Adam Frankel recolheu as idéias da comissão e elaborou a base do relatório.

A Embaixadora de Angola nos Estados Unidos, Josefina Pitra Diakite, teve a gentileza de receber a comissão e ajudou-a a preparar a viagem a Angola. A embaixadora dos Estados Unidos em Angola, Cynthia G. Efird, recebeu a nossa missão e a equipa da embaixada ajudou a marcar reuniões no decurso da nossa viagem ao país.

Também agradecemos a todos os que nos ajudaram em Angola, mas que, por várias razões, permanecem anónimos.

A comissão agradece a Richard N. Haass e a Gary Samore por apoiarem a iniciativa de analisar um país geralmente esquecido—embora estrategicamente

importante—e por contribuírem com observações inestimáveis sobre o teor do relatório. As questões importantes que colocaram, ajudaram a apurar a nossa atenção.

Em nome dos presidentes e no meu próprio, desejo agradecer a Jamie Ekern, assistente de pesquisa do Centro de Ação Preventiva, pela sua incansável iniciativa. O seu intelecto, energia e meticulosidade foram cruciais para que este relatório fosse concluído.

Nós, do Centro de Ação Preventiva, desejamos finalmente agradecer sinceramente a Patrick M. Byrne, John G. Heimann, Swanee Hunt, James D. Zirin e a John W. Vessey pelo apoio contínuo e generoso que prestam ao centro. Para além disto, agradecemos também à Corporação Carnegie de New York pela doação que tornou possível este projecto.

*William L. Nash*  
Director do Projecto





## Região do Golfo da Guiné



Fonte: [www.portharcourt.com/images/pharcour.gif](http://www.portharcourt.com/images/pharcour.gif).

## Angola



Fonte: [www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf](http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf).

## Siglas

AGOA (inglês)	Lei sobre Crescimento e Oportunidades em África
AIP	Academia Internacional de Polícia
ALC	Acordo sobre Comércio Livre
AQCI	Acordo Quadro sobre Comércio e Investimento
FAA	Forças Armadas Angolanas
FLEC	Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IAPP	Instrumento de Apoio às Políticas Públicas
IDA	Associação de Desenvolvimento Internacional
IMET (inglês)	Programa Internacional de Ensino e Formação Militar
ITSE	Iniciativa sobre Transparência nos Sectores Extractivos
MAEC	Mecanismo Africano de Exame por Pares
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NPDA	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIATIC	Programa Internacional de Assistência ao Treinamento em Investigações Criminais

PNUP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	República Democrática do Congo
SADC (inglês)	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UA	União Africana
UNITA	União Nacional para Libertação Total de Angola
USAID (inglês)	Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional



## Relatório da Comissão



## Sumário Executivo

Fora das áreas em crise do continente, poucos países africanos são mais importantes para os interesses dos Estados Unidos da América que Angola, o segundo maior produtor de petróleo de África. O sucesso ou o fracasso de Angola, na passagem de quase trinta anos de guerra para a paz e a democracia, tem consequências para a estabilidade do abastecimento de petróleo dos Estados Unidos e para a estabilidade da África Austral e Central. Consequentemente, os Estados Unidos da América têm interesse em ajudar Angola a enfrentar os seus numerosos e importantes desafios.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos não seriam coerentes com as suas tradições de valores democráticos, se não expressassem preocupação com o desenvolvimento da governação democrática, a proteção dos direitos humanos e o estado de direito em Angola. Muitos progressos foram registados, no que diz respeito à transparência pública e à tolerância do direito de discordar, mas ainda muito falta fazer nestas áreas. As grandes riquezas de Angola permanecem ainda apenas nas mãos de uns poucos e o país continua a ser classificado insatisfatoriamente no que diz respeito ao desenvolvimento humano e à governação. Para além disto, há uma imensa quantidade de reconstrução física e reabilitação psicológica a fazer. Angola deve usar prudentemente as riquezas geradas pelos seus recursos naturais abundantes, por meio de investimentos na educação, formação e desenvolvimento da capacidade institucional. Serão necessários muitos anos de empenho e determinação, para que Angola prove ao seu próprio povo, aos seus vizinhos e ao mundo, que pode alcançar as metas que se propôs.

Considerando que a política dos Estados Unidos em relação a Angola representa um problema difícil para os fazedores de política, os empresários e a sociedade civil, a construção de um forte relacionamento com Luanda será a forma mais eficaz de os Estados Unidos apoiarem Angola no avanço no sentido da paz, da democracia, e do desenvolvimento equitativo, ao mesmo tempo que servem aos interesses nacionais norte-



americanos na região do Golfo da Guiné. Como parte das iniciativas dos Estados Unidos, no sentido de desenvolver tanto uma política ampla de energia, como uma abordagem estratégica em relação a África, Angola merece muito maior atenção quando as políticas estrangeiras, de segurança nacional e económicas são formuladas.

A adopção de uma visão estratégica para as relações com Angola e o fortalecimento das relações entre os Estados Unidos da América e Angola requerem atenção sustentada da diplomacia dos Estados Unidos e distribuição estratégica de recursos. Também requerem o fortalecimento da confiança e a construção de linhas de comunicação fortes. Para começar, os Estados Unidos podem ligar-se a prioridades Angolanas que façam sentido, tomar medidas para promover objectivos não-políticos partilhados e iniciar discussões bilaterais ordinárias com uma agenda ampla. Os objetivos comuns, tais como educação, saúde pública, redução da pobreza e desenvolvimento da capacidade institucional, devem ser promovidos por meio de assistência bilateral e apoio às organizações internacionais.

Para os Estados Unidos da América, uma parte integrante desta política deve ser um trabalho conjunto com organizações internacionais e regionais e com as Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e a União Africana (UA), no sentido de apoiar indivíduos em Angola—líderes políticos, comunitários e da sociedade civil—que lutam para construir, por dentro, um país democrático, em que a boa governação e uma distribuição mais equitativa das riquezas nacionais sejam consideradas prioridades nacionais. Isto pode ser conseguido sem minar a construção de uma parceria bilateral mais forte entre os governos dos Estados Unidos da América e de Angola.

Os Estados Unidos devem também desenvolver uma estratégia multilateral, a fim de alcançar as metas de segurança, estabilidade e desenvolvimento regionais. O Fórum SADC-EEUU, da Comunidade de Desenvolvimento de África Austral (SADC), é uma organização para a discussão da situação política e de segurança na região e para avaliar os avanços nas áreas de cooperação. É essencial que os Estados Unidos da América apoiem e se coordenem com as instituições internacionais, tanto velada quanto publicamente, a fim de ajudar Angola a alcançar as suas metas de desenvolvimento e a construir a infra-estrutura e a capacidade humana indispensáveis ao crescimento sustentado.

Maiores níveis de investimento do sector privado dos Estados Unidos em Angola dependem mais das medidas do governo de Angola do que do governo dos Estados Unidos da América. Os investimentos aumentarão quando o governo angolano tomar medidas para tornar mais receptivo o ambiente para funcionamento das empresas e da sua economia em geral menos dependente do petróleo. Para além deste facto óbvio, por meio da promoção de missões de comércio e investimento, os ministérios do governo dos Estados Unidos da América poderão ajudar a preencher as lacunas de informação requeridas pelos banqueiros e empresários numa série de sectores e, em última análise, construir pontes com as empresas angolanas e ampliar os laços comerciais.

Os problemas de Angola são tão profundos e complexos, e a história do relacionamento entre os Estados Unidos da América e Angola é tão sensível, que devem ser estabelecidas metas relativamente modestas a curto e médio prazo, a fim de serem alcançadas apenas de forma gradual. Na falta de um empenho prévio em promover a governação democrática e o estado de direito, os Estados Unidos devem demonstrar paciência e perseverança—não será fácil reconstruir um país, depois de tanta devastação, e criar uma sociedade mais equitativa, em que os políticos angolanos sejam politicamente responsáveis. Apesar disto, a atenção contínua é a melhor forma de criar parceiros a longo prazo, capazes de contribuir para a estabilidade internacional, e também é a melhor estratégia disponível para prevenção de conflitos.

Para este fim, a comissão recomenda que:

### Medidas bilaterais

- O governo Bush promova uma série de visitas de missões do Congresso e altos funcionários do governo, tais como o vice-secretário de estado para assuntos económicos, aos países da África Austral, inclusive a Angola, que estejam a conseguir avanços no sentido do desenvolvimento da democracia e da economia.
- O secretário de estado adjunto encarregado de assuntos africanos visite Luanda, para discutir as eleições nacionais de Angola, as necessidades de formação, a reconstrução pós-conflito e o processo de reconciliação, e também para comparar pontos de vista sobre os eventos na República Democrática do Congo (RDC) e no Zimbábue.

- O Departamento de Estado dos Estados Unidos da América facilite uma discussão entre o governo angolano e representantes do sector privado dos Estados Unidos, da comunidade sem fins lucrativos e das instituições de educação superior, a fim de explorar a possibilidade de parcerias público-privadas nas áreas de formação de capacidade e de assistência técnica.
- O Governo dos Estados Unidos da América mantenha os aproximadamente \$35 milhões para assistência bilateral a instituições angolanas, previstos no orçamento de 2008. Esta verba deve continuar a fornecer assistência técnica para a construção de instituições democráticas, para a sociedade civil, formação educacional e profissional, reforma financeira e agrícola, desenvolvimento agrícola e saúde pública. Em particular os programas de combate à não-proliferação, ao terrorismo, de remoção de minas e similares, que apoiam o desenvolvimento da capacidade de remoção de minas, bem como de administração e destruição de pequenas armas, não devem cair abaixo do nível actual de \$6 milhões, nos próximos cinco anos. As dotações para o Programa Internacional de Ensino e Formação Militar (IMET), que visa o desenvolvimento apolítico e transparente das instituições de defesa, tais como a formação em relações civis-militares, o orçamento de defesa e os direitos humanos, devem aumentar para \$600 000 anuais.
- A Embaixada dos Estados da América discuta com Angola a possibilidade de ampliar os actuais programas de formação policial, com a Academia Internacional de Polícia (AIP), e o estabelecimento de programas para o desenvolvimento institucional da polícia, por meio do Programa Internacional de Assistência ao Treinamento em Investigação Criminal (PIATIC). A programação deve incluir policiamento comunitário, técnicas de segurança de eleições e de prevenção de distúrbios civis, bem como desenvolvimento académico.
- Que o Departamento da Defesa faça da criação de um relacionamento com Angola uma prioridade para o novo Comando dos Estados Unidos para África. Maior entrosamento com as Forças Armadas Angolanas (FAA), por meio de contactos e encontros para intercâmbio de informações com a liderança das forças armadas, que devem concentrar-se nos avanços do desarmamento, da desmobilização e reintegração dos ex-combatentes, nos eventos na RDC e no Zimbábue e no papel das

FAA no período pós-conflito em Angola. Para além disto, a iniciativa do Centro de Estudos Estratégicos do Departamento da Defesa poderia realizar alguns dos seus seminários tópicos e de liderança em Angola.

### Medidas multilaterais

- Os Estados Unidos da América proponham a realização de uma cimeira do Fórum SADC-EEUU em Luanda.
- Que os Estados Unidos apoiem uma conferência internacional sobre investimento e desenvolvimento económico em Angola, como recomendado pelos representantes oficiais dos países doadores, em Luanda. Esta conferência poderia ser uma oportunidade para o governo de Angola e os interessados no desenvolvimento discutirem como fortalecer parcerias, dar prioridade às metas do desenvolvimento e desenvolver a capacidade requerida por Angola para o crescimento sustentado.
- Os Estados Unidos se preparem para oferecer um pacote de assistência técnica para complementar a futura cooperação entre Angola e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

### Sector privado

- Os Estados Unidos estabeleçam um acordo de livre comércio, como meta à qual os governos dos Estados Unidos e de Angola possam aspirar, e estabeleçam marcos para a sua conclusão, inclusive um Acordo Quadro sobre Comércio e Investimento (AQCI), com vista à criação de um mecanismo de consultas entre o Representante dos Estados Unidos para Negociações Comerciais e o Governo de Angola.
- O Governo dos Estados Unidos continue a complementar o custeio dos programas de assistência bilateral por meio de acordos público-privados com empresas privadas que actuam em Angola.
- O Departamento do Comércio dos Estados Unidos organize missões de comércio e investimento, especialmente para empresas agrícolas e de comércio agrícola, e estabeleça uma presença permanente na missão dos Estados Unidos da América em Angola.

- As empresas americanas que actuam em Angola, especialmente as empresas petrolíferas, ampliem o seu apoio às instituições de ensino angolanas e apoiem oportunidades mais avançadas de educação e formação para estudantes angolanos.

## Introdução: Porquê Angola?

Os desafios nacionais enfrentados por Angola são imensos. Em certa medida, embora Angola tenha conseguido a independência em 1975, a república tem apenas cinco anos, tendo-se efetivado somente em 2002, ao fim de uma sangrenta guerra civil. Desde então, a nação empreendeu uma jornada longa e difícil a fim de se tornar um país mais estável, capaz de proporcionar um “pólo de estabilidade” em África. Para concluir com sucesso esta transição, Angola deve reconstruir a sua infra-estrutura física, criar instituições democráticas de governo, capazes de proporcionar serviços públicos, enfrentar os problemas de transparência que têm atormentado a sua governação, reduzir a pobreza e o desemprego, desenvolver recursos humanos por meio de educação e formação, reavivar os sectores não-petrolíferos da economia, promover a reconciliação nacional e cultivar relações internacionais construtivas—tudo o que poderia transformar Angola numa sociedade mais equitativa e evitar instabilidade no futuro. Mas embora tenha possibilidade de sucesso, o futuro de Angola ainda é incerto. Serão necessários muitos anos de empenho e de perseverança para que Angola prove ao seu próprio povo, aos vizinhos e ao mundo, que pode alcançar as metas que estabeleceu para si própria.

Por estas razões, o Conselho de Relações Estrangeiras criou esta Comissão de Ação Preventiva sobre Angola. Depois de deliberar sobre o estado da transição pós-conflito em Angola e sobre a situação das relações EEUU-Angola, esta Comissão crê que Angola merece muito maior atenção na formulação da política estrangeira, de segurança e económica dos Estados Unidos, especialmente num período em que os Estados Unidos procuram criar uma política abrangente em relação à África. Levando em conta a sua crescente importância, o relacionamento dos Estados Unidos com Angola deve receber atenção diplomática e recursos substanciais. Os interesses dos Estados Unidos, tanto em suprimentos seguros de energia quanto na estabilidade no Golfo da Guiné, requerem nada menos que isto.

Ao mesmo tempo, a Comissão manifestou preocupação com o desenvolvimento da governação democrática, a proteção dos direitos humanos e o respeito às normas do estado de direito em Angola. Muitos avanços foram conseguidos no que diz respeito à transparência e à tolerância das discordâncias, mas muito ainda há que avançar. O mesmo se pode dizer das práticas da democracia, especialmente das eleições. Interessa aos Estados Unidos da América discutir estas preocupações com os líderes angolanos. Ao mesmo tempo, à medida que Angola procura construir parcerias produtivas, tanto políticas quanto económicas, interessa a Angola colocar todos os problemas na agenda. O diálogo bilateral abrangente será a forma mais eficaz de ajudar Angola a avançar no sentido da paz, da democracia e do desenvolvimento sustentável.

Mas conseguir sucesso e estabilidade sustentados em Angola não é apenas missão dos angolanos e do governo dos Estados Unidos. É essencial que os Estados Unidos apoiem instituições como a União Africana, que trabalham em todo o continente, inclusive em Angola, para promover práticas democráticas e os direitos humanos. Também é necessário que os Estados Unidos consultem outros parceiros de Angola, especialmente a China, e colaborem com as organizações internacionais. As empresas e as organizações não-governamentais (ONG) também têm papéis importantes a desempenhar, na medida em que Angola procura construir a sua infra-estrutura e desenvolver capacidade humana.

Um aspecto final deve ser salientado. Angola é um dos vários países de todo o mundo que se tornaram importantes fornecedores de energia para os Estados Unidos, mas que enfrentam sérios desafios no que diz respeito à governação, ao desenvolvimento equitativo e aos direitos humanos. As recomendações deste relatório, com vista a promover uma cooperação entre os Estados Unidos da América e Angola capaz de atender interesses comuns, podem ter relevância mais ampla. Esta comissão espera que a estratégia com relação a Angola, esboçada neste relatório, ajude os fazedores de política na administração de relações igualmente complexas em África, América Latina, Ásia Central e noutras regiões do mundo.

## Uma nação em transição

Com aproximadamente treze milhões de pessoas, num território quase duas vezes do tamanho do Texas, Angola foi abençoada por abundância de recursos naturais: petróleo na plataforma marinha, pesqueiros no litoral, reservas minerais e terras férteis. Mas Angola tem um passado trágico—uma atormentada herança colonial e uma experiência ainda mais traumática de descolonização. Quase cinco séculos de regime colonial, duas décadas de luta pela independência e três décadas de guerra civil impuseram um ônus pesado, marcando a nação com perda de vidas e destruição física em massa. Hoje, Angola é o resultado desta história cruel. A devastação da guerra proporciona uma explicação importante, mas incompleta, do ritmo dos avanços no período de paz. Os Estados Unidos da América não podem elaborar qualquer política que faça sentido, sem reconhecer explicitamente a história destrutiva de Angola e as dificuldades enfrentadas pelo estado angolano no período pós-guerra.

### Antecedentes históricos

O turbulento relacionamento de Angola com as potências ocidentais começou no fim do Século XV, quando naus portuguesas ancoraram no seu litoral. Logo depois de concluírem a conquista militar do Congo e dos estados Ndongo, os portugueses começaram a mandar angolanos e outros africanos para as Américas. No Século XIX, Angola era uma das grandes fontes de escravos mandados para a América Latina, o Caribe e os Estados Unidos. Angola também foi muito lucrativa para Portugal noutros aspectos. Por volta dos meados do Século XX, era a quarta maior produtora de café e a sexta maior produtora de diamantes do mundo, bem como a terceira maior produtora de petróleo de África Subsaariana.

Mas o colonialismo não beneficiou a maioria dos nativos angolanos. Os portugueses dividiram os nativos entre assimilados, cidadãos legalmente portugueses, e



os demais—que representavam 90 por cento da população—foram sujeitos a trabalhos forçados. O trabalho forçado foi usado não apenas para extrair recursos agrícolas e minerais, mas também para construir três linhas férreas, da costa atlântica ao interior. Uma delas, o Caminho-de-ferro Transcontinental de Benguela, ligava o porto do Lobito às zonas de produção de cobre no Congo Belga, passando pelo que é actualmente a Zâmbia e chegando até Dar es Salaam, na Tanzânia. O regime português também estimulou a migração branca para Angola, especialmente depois de 1950, o que intensificou antagonismos raciais e espalhou as sementes da revolução entre a maioria negra.

Nas décadas de 1950 e 1960, enquanto outras potências europeias abandonavam as possessões coloniais diante do crescente movimento pela independência, Portugal agarrou-se a Angola. Diante disto, surgiram três grandes movimentos pró-independência, baseados em diferentes áreas geográficas e etnias. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto, conseguiu apoio entre os povos mbundo, o grupo étnico predominante tanto na região que circunda Luanda quanto nas províncias do Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Malanje. Este movimento de orientação marxista também incluía brancos, mestiços e as elites urbanas e intelectuais de Angola. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), liderada por Holden Roberto, representava o grupo étnico baongo, do noroeste e do norte de Angola. A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) era liderada por Jonas Savimbi e representava o maior grupo étnico de Angola, os ovibundo do planalto central e das províncias do sul. A guerra colonial consumiu o país, até que um golpe de estado em Portugal, em 1974, resultou na instalação de um governo militar mais liberal, determinado a livrar-se das colónias estrangeiras. Lisboa terminou a guerra em Angola e concordou, por meio dos Acordos de Alvor, de Janeiro de 1975, transferir o poder para uma coalizão interina de governo.

Não obstante, não tardou que este acordo se desfizesse em virtude das confrontações pelo poder entre os três grupos armados. Com o controlo de Luanda, o MPLA declarou a independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, enquanto os portugueses abandonavam a capital. Agostinho Neto transformou-se no primeiro presidente do governo do MPLA. Por sua vez, a UNITA e a FNLA formaram um

governo de coalizão rival, baseado na cidade interior do Huambo, e iniciaram uma luta contra o MPLA pelo controlo de Angola. Para financiar as operações durante quase três décadas, o MPLA recorreu às receitas geradas pelo petróleo da plataforma marinha e dos campos de petróleo, cada vez mais lucrativos, ao norte da província de Cabinda. Depois do declínio da FNLA, a UNITA continuou a lutar contra o governo, financiando as suas actividades com recursos acumulados pelo comércio de diamantes aluviais, extraídos nas províncias ao nordeste de Angola.

O conflito entre os movimentos nacionalistas angolanos foi exacerbado por causa dos vínculos das diferentes facções com as maiores potências da Guerra-fria. O governo do MPLA foi reforçado por equipamento militar e tropas de combate cubanas. A UNITA—e, por algum tempo, a FNLA—recebia equipamento militar chinês, assistência militar dos Estados Unidos da América e tanto assistência militar quanto apoio de combate da África do Sul.

Em fins de 1987, com o degelo nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética, os grupos nacionais e internacionais em Angola ficaram cada vez mais receptivos à possibilidade de uma solução negociada. Depois de negociações em Londres, Brazzaville e Genebra, acordos intercalados intermediados pelos Estados Unidos, em 1988, levaram à retirada das forças cubanas e sul-africanas de Angola—uma retirada supervisionada pelas Nações Unidas.

Apesar destes acordos, a guerra civil continuou entre o governo do MPLA e a UNITA. As iniciativas de mediação dos Estados Unidos da América, dos portugueses e dos russos, com vistas a uma divisão de poder, culminaram nos Acordos de Bicesse, de 1991. Este acordo tentou instituir um governo multipartidário em Angola, com a realização de eleições democráticas supervisionadas pela ONU, em 1992. Não obstante, quando Jonas Savimbi, da UNITA, perdeu o primeiro turno das eleições, declarou que as eleições tinham sido fraudulentas e ordenou as suas tropas de volta à guerra. A UNITA tinha ocupado quase 70 por cento do país antes do governo da MPLA. Com novos armamentos e tanto assistência operacional quanto treinamento fornecidos por uma empresa privada de segurança sul-africana, a UNITA reconquistou áreas e Savimbi voltou à mesa de negociações.

Quando a UNITA deixou de implementar as disposições de outro acordo nacional de paz, o Protocolo de Lusaka, de 1994, o Conselho de Segurança da ONU impôs sanções contra esta organização, o que representou um golpe sério contra Savimbi. Ele foi forçado a abandonar o seu quartel-general, no ano seguinte, e a viver como foragido no leste de Angola. Sete anos mais tarde, Savimbi morreu numa batalha com tropas do governo angolano, na província de Moxico, o que abriu caminho para a paz.

Em abril de 2002, a MPLA e a UNITA aceitaram um Memorando de Entendimento com os elementos de um cessar fogo e, mais tarde, concordaram em resolver as questões pendentes, tais como a desmobilização da UNITA, por meio do Protocolo de Lusaka. As sanções da ONU contra a UNITA foram suspensas em 9 de Dezembro de 2002. José Eduardo dos Santos, que assumiu o poder por meio de eleições partidárias internas depois da morte de Agostinho Neto, em 1979, continua no cargo até agora.

No fim, cerca de 1,5 milhões de pessoas, quase 10 por cento do total da população de Angola, podem ter morrido de 1975 a 2002. Aproximadamente um milhão de angolanos foram mutilados por minas terrestres, tornando Angola o país com o maior número de amputados per capita em todo o mundo. Organizações humanitárias internacionais calculam que quinhentos mil angolanos fugiram para os países vizinhos e mais de quatro milhões foram deslocados internamente nos vinte e sete anos de combates.

## Esperanças e incerteza

Em muitos aspectos, Angola é hoje um país muito diferente do que era apenas há alguns anos atrás. Conseguiu avançar na desmobilização de combatentes, administrando a volta de deslocados internos e de refugiados, incorporando a UNITA no governo e construindo instituições governamentais. Em Janeiro de 2007, Angola aderiu formalmente à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que destacou o seu papel cada vez mais importante no sistema mundial de energia. A combinação de preços de petróleo sem precedentes, da crescente produção de petróleo e de empréstimos chineses acelerou o desenvolvimento do país. Para além disto, um grupo diversificado de estrangeiros e angolanos—inclusive personalidades políticas, empresas internacionais de

consultoria e dirigentes de instituições financeiras—todos manifestam optimismo cauteloso no sentido de que Angola caminha na direcção correcta, no que diz respeito à transparência e à democratização.<sup>1</sup> Por exemplo, o governo de Angola assinou a Convenção da ONU contra a Corrupção e actualiza com frequência o sítio do Ministério das Finanças. Em colaboração com o Banco Mundial, Angola estabeleceu um programa que permite a supervisão das despesas governamentais em tempo real. As organizações internacionais que funcionam em Angola notam que grupos da sociedade civil e órgãos da imprensa da oposição são tolerados em Luanda, onde vive um terço da população, muito embora a Rádio Ecclesia, conhecida emissora de rádio, não possa transmitir nas províncias.

Não obstante, mesmo com estes factos positivos e com recursos substanciais disponíveis aos líderes angolanos para reforçar estas tendências, Angola tem um caminho longo e difícil à sua frente. A nação está no mero 161º lugar entre 177 países classificados em 2006 pelo Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A maior parte dos angolanos luta para sobreviver a cada dia e dois terços da população vivem na pobreza, com apenas \$2 por dia.<sup>2</sup> A própria sobrevivência constitui um desafio—a esperança média de vida é de 47 anos, mais de 30 por cento abaixo da média das nações em desenvolvimento. A mortalidade infantil e outras medidas de qualidade de vida estão entre as piores do mundo.<sup>3</sup> No que diz respeito à governação, em 2005, o Índice de Percepções sobre Corrupção da organização Transparência Internacional colocou Angola no 151º lugar entre 159 nações. Com classificação pior que no ano anterior, Angola estava no mero 37º lugar entre sessenta países—na categoria de “país em perigo”—no Índice dos Estados Fracassados da revista *Foreign Policy* e do Fundo para a Paz. Angola também recebeu nota baixa na avaliação do Banco Mundial sobre respeito ao estado de direito. Serão necessários muitos anos de empenho e perseverança dos líderes de Angola para assegurar

---

<sup>1</sup> Esta afirmação baseia-se em entrevistas da comissão em Luanda, feitas de 24 a 28 de Junho de 2006.

<sup>2</sup> A Agência Central de Inteligência calcula que 70 por cento da população de Angola vivia na pobreza em 2003. A Organização da ONU para os Alimentos e a Agricultura calcula que 40 por cento dos angolanos sejam mal-nutridos, [http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/Countries/EN/Angola\\_e.pdf](http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/Countries/EN/Angola_e.pdf).

<sup>3</sup> Banco Mundial, Angola num piscar de olhos, 24 de Agosto de 2005, [http://devdata.worldbank.org/AAG/ago\\_aag.pdf](http://devdata.worldbank.org/AAG/ago_aag.pdf); Escritório de referências demográficas, Planilha de dados demográficos mundiais, 2005, [http://www.prb.org/pdf/05/05WorldDataSheet\\_Eng.pdf](http://www.prb.org/pdf/05/05WorldDataSheet_Eng.pdf).

que as necessidades básicas dos angolanos médios sejam alcançadas e para construir uma sociedade democrática, onde o poder e as riquezas sejam compartilhados de forma mais equitativa.

Embora os líderes de Angola procurem reconhecimento pelo que foi—e ainda pode ser—conseguido, não negam que muito falta fazer. Consequentemente, o governo angolano tem-se concentrado quase exclusivamente na reconstrução interna, desde o fim da guerra, e tem sido muito selectivo no que diz respeito à projecção da sua influência no estrangeiro—com diversas excepções notáveis. Embora tenha intervindo militarmente na RDC, mais recentemente Angola tem desempenhado um papel crítico, apoiando o processo de paz naquele país e dando apoio ao presidente congolês Joseph Kabila. Angola também participa da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, uma iniciativa pan-africana para estimular a boa governação e promover o desenvolvimento. Mas embora haja actualmente um desencontro entre o seu potencial crescente e a sua participação internacional, nos próximos anos Angola deverá desempenhar um papel mais amplo no continente, especialmente quando intensificar o seu relacionamento com a SADC.

Angola chegou a uma encruzilhada. Este momento representa uma rara oportunidade para Luanda consolidar a paz e ganhar reconhecimento internacional. Graças aos altos preços do petróleo, Angola tem uma das economias que mais crescem no mundo, o que permite ao governo investir no desenvolvimento equitativo, se decidir fazê-lo. Com investimentos prudentes em aeroportos e portos marítimos, Angola poderia servir como um centro de transporte para a região. Com investimentos nos sectores não-petrolíferos, Angola poderá desenvolver uma economia diversificada, melhor protegida da volatilidade do mercado do petróleo. Se demonstrarem forte empenho no estado de direito e na transparência, os líderes angolanos poderão estimular os investimentos internacionais e proporcionar um modelo para outros estados em fase de transição. À medida que os líderes de Angola tomarem decisões, nos próximos anos, com consequências duradouras para a sua nação e para os seus vizinhos, o mundo estará a observar com atenção.

## Desafios do pós-guerra

A destruição generalizada do território angolano, em quase três décadas de guerra civil, arruinou grande parte da economia do país, com uma exceção importante. Tendo em conta que grande parte do petróleo de Angola está na plataforma continental, o setor petrolífero permaneceu relativamente inalterado no decorrer da guerra. Com os preços internacionais do petróleo em níveis sem precedentes, as receitas do governo aumentaram extraordinariamente. Mas sem um funcionalismo público experiente para transformar esta riqueza em serviços e empregos estatais, a reconstrução nacional também tem sido extraordinariamente difícil.

### A economia

No nível macroeconómico, Angola está em rápida expansão. O produto interno bruto (PIB) do país alcançou \$27,8 bilhões, em 2004, e cerca de \$24,3 bilhões, em 2005. O FMI prevê que o crescimento real do PIB tenha sido de 14,3 por cento, em 2006, e suba para 31,4 por cento, em 2007, o que pode tornar Angola a economia em mais rápido crescimento do mundo.<sup>4</sup> O combustível da locomotiva económica de Angola é, obviamente, o petróleo. O sector do petróleo representa mais de 50 por cento do produto nacional bruto do país, 95 por cento das suas exportações e 80 por cento das receitas governamentais.<sup>5</sup> Apesar do contrabando contínuo de diamantes para o estrangeiro, uma grande percentagem das exportações e das receitas não-petrolíferas registadas vem do sector diamantífero. O sector da mineração tem considerável potencial não-explorado e deverá apresentar altas taxas de crescimento.

O comércio informal aumentou, com os mercados e os vendedores enchendo as ruas em grandes números e as actividades económicas que começam a expandir-se para

---

<sup>4</sup> FMI, "Perspectiva económica regional: África Subsaariana," Setembro de 2006, página 40.

<sup>5</sup> Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, "Antecedentes: Angola," atualizado mais recentemente em Março de 2007.

fora da capital. Luanda espera que a reabertura de toda estrada de Benguela, prevista ainda para 2007, reavive a economia da região do planalto central, em cujo centro está Huambo.

Para além disto, a inflação caiu substancialmente nos últimos anos, de mais de 300 por cento para 110 por cento em 2001. Caiu ainda mais, para 18,5 por cento em 2005, e o governo estabeleceu a meta de 10 por cento para 2006.<sup>6</sup> Reduzir a inflação de três para dois dígitos em poucos anos foi uma vitória extraordinária.

O sector dos bancos comerciais cresceu, pelo menos parcialmente, para atender as necessidades da elite de Angola. Para além do crescimento dos activos bancários, a proporção dos depósitos repassados como crédito aumentou de 30 para 70 por cento, de 2002 para 2005.<sup>7</sup> Graças a isto, os bancos portugueses e sul-africanos esperam abrir filiais em Angola. Na verdade, Angola representa actualmente mais de um quarto dos lucros líquidos do Banco Português BPI.<sup>8</sup> Alguns analistas ocidentais interpretam este crescimento como sinal de que os bancos estão a “apostar em Angola.”

É essencial que Angola use estas rendas geradas pelas suas fontes não-renováveis para criar empregos, serviços e expansão económica para as gerações futuras. A fim de assegurar que a acumulação de reservas estrangeiras não cause inflação, que esta riqueza seja gasta de forma prudente e administrada transparentemente, e que os produtores internos nos sectores não-petrolíferos tenham oportunidade de crescer, serão necessárias políticas complexas e sofisticadas. Angola pode conseguir assessoria valiosa do FMI e do Banco Mundial para administrar estas questões.

Embora a diversificação económica deva reduzir a vulnerabilidade às flutuações do mercado do petróleo e às consequências potenciais de grandes influxos de moeda estrangeira graças às vendas de petróleo (também conhecidas como a “doença holandesa”), os investimentos estrangeiros directos terão ainda que apoiar uma variedade de sectores económicos.<sup>9</sup> Os investimentos continuam insuficientes fora do sector

---

<sup>6</sup> FMI, “Angola: Consultas referentes ao Artigo IV: Conclusões preliminares da Missão do FMI,” 29 de Março de 2006, conclusão nº. 3, <http://www.imf.org/external/np/ms/2006/032906.htm>.

<sup>7</sup> Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, “Declaração de 2005 sobre o Clima para Investimentos: Angola,” <http://www.state.gov/e/eeb/ifa/2005/43019.htm>.

<sup>8</sup> “Primeiro-Ministro de Angola viaja para próspera Angola, a fim de estreitar laços económicos,” Agence France Presse, 3 de Abril de 2006.

<sup>9</sup> Doença holandesa é um termo que, em geral, se refere às consequências potencialmente prejudiciais de grandes aumentos na renda de um país. Embora “a doença” esteja geralmente ligada a uma descoberta de

petrolífero e dos sectores dedicados à reconstrução da infra-estrutura de Angola. A agricultura, que já foi vibrante, foi também o sector que mais sofreu. Antes da independência, Angola era o quarto maior exportador de café de todo o mundo e um dos maiores exportadores de alimentos básicos da África Subsaariana. Mas, enquanto durou a guerra, os angolanos da zona rural fugiram para as cidades costeiras (principalmente Luanda), em busca de segurança e trabalho, e as fazendas e o seu equipamento foram abandonados ou destruídos. Actualmente, Angola importa cerca de metade dos alimentos que consome. Para facilitar o desenvolvimento substancial da agricultura comercial, uma reforma recente da legislação sobre a terra tentou reconciliar os conflitantes direitos tradicionais de uso da terra, as reivindicações fundiárias da era colonial e as doações mais recentes de terras. Actualmente, o sector agrícola está mostrando os primeiros sinais de crescimento sustentado.<sup>10</sup> O reavivamento deste sector, com enorme potencial agrícola e de pesca, poderia criar empregos e ajudar a criar uma classe média—desde que a terra não fique concentrada nas mãos de um número relativamente pequeno de proprietários.

## O clima para investimentos

A herança colonial de Angola, o seu padrão de desenvolvimento e o passado violento não permitiram que o país aproveitasse ao máximo as suas riquezas. Para além disto, o impacto da recente prosperidade não se espalhou porque os maiores recursos de capital não foram canalizados eficazmente para investimentos produtivos nos sectores público e privado. Os líderes angolanos afirmam interesse nos investimentos privados, mas têm ainda que tornar o seu país suficientemente aberto, no ponto de vista de muitos investidores. O favoritismo para os amigos do poder e os labirintos burocráticos que se tem que percorrer para conseguir lucros desmotivam quase todos, com excepção dos investidores mais corajosos. Angola está entre os lugares mais difíceis de se fazer negócios no mundo. Mais do que a maior parte dos países, Angola regula estritamente a abertura de empresas e o emprego, embora tenha havido alguma liberalização das normas

---

recursos naturais, pode decorrer de qualquer causa que provoque grande influxo de moeda estrangeira, inclusive aumento abrupto nos preços dos recursos naturais, influxo de assistência estrangeira ou de investimentos estrangeiros directos.

<sup>10</sup> FMI, "Angola: Conclusões preliminares das consultas da missão do FMI em 2006, de acordo com o artigo IV," conclusão n.º. 3.



de emprego no ano passado. O registro da propriedade é difícil e os mecanismos para forçar o cumprimento de contratos são ineficientes. Em geral, Angola está em 156º lugar, de um total de 175, na classificação de Facilidade para Fazer Negócios. Muito atrás, portanto, de muitos dos seus vizinhos em África, segundo a publicação *Como fazer negócios 2007: Como reformar*.<sup>11</sup>

O ambiente para a realização de negócios melhorou um pouco desde o fim da guerra, em 2002. Nova legislação foi promulgada, tanto para proporcionar incentivos para os investimentos privados quanto para facilitar o estabelecimento de entidades comerciais em Angola. O Instituto Nacional de Investimento Privado e o Guichê Único foram criados como locais centrais para apressar a criação de empresas.<sup>12</sup> O governo espera que estas medidas promovam o crescimento de pequenas empresas, reduzam as dificuldades para as atividades empresariais no país e aumentem a confiança de potenciais investidores.

Será necessário muito mais, para tornar Angola mais atraente para investidores estrangeiros e nacionais. Com uma economia mundial cada vez mais integrada, os investidores têm uma variedade de locais onde investir e Angola é vista geralmente como um lugar a ser evitado. Muitos financiadores, dos Estados Unidos e do resto do mundo, não investirão em Angola até que o clima para os investimentos melhore—tanto em termos absolutos quanto relativos aos seus vizinhos. Contudo, investidores asiáticos, europeus e latino-americanos têm hesitado muito menos do que os americanos para investir em Angola e muitos dão-se muito bem.

Por fim, a melhoria do clima para investimentos é a chave para o crescimento e a prosperidade a longo prazo. Só um clima mais receptivo para os investimentos atrairá as pequenas empresas e os investimentos estrangeiros que criam emprego e ajudam a criar uma classe média viável. Um país onde só um pequeno grupo colhe os frutos do sucesso nunca terá o tamanho de mercado ou o capital humano necessários para criar riqueza privada duradoura.

---

<sup>11</sup> Banco Mundial/Corporação Financeira Internacional, *Como fazer negócios 2007: Como reformar*, [http://www.doingbusiness.org/documents/DoingBusiness2007\\_Overview.pdf](http://www.doingbusiness.org/documents/DoingBusiness2007_Overview.pdf)

<sup>12</sup> Esta legislação inclui a Lei do Investimento Privado, 11/03, Lei do Fomento Empresarial, 14/03, Lei dos Incentivos Fiscais, 17/03. Organização Mundial do Comércio, “Revista de Política Comercial: Angola, Relatório da Secretaria,” 3 de Abril de 2006.

## Transparência

Nos últimos anos, a corrupção de alto nível transformou-se—ou voltou—num sistema de camaradagem, em que investidores estrangeiros têm de colaborar com parceiros locais com boas relações políticas. Num nível mais baixo, o pequeno suborno faz parte da vida diária. Para além disto, há preocupações de que “com uma limpeza parcial do sector petrolífero, esteja a crescer a importância do sector diamantífero como forma de esconder fluxos de rendimentos privados.”<sup>13</sup> Estas práticas desvirtuam a economia e prejudicam o desenvolvimento económico. Embora as primeiras iniciativas para aumentar a transparência na administração das receitas do petróleo sejam estimulantes, a opacidade do governo de Angola continua a impedir uma avaliação da administração dos fundos públicos, o que contribui para a percepção de corrupção persistente.

A resposta do governo de Angola às alegações de corrupção—uma mistura de inocência, de desmentidos e de evasão—em sempre ajuda e aumenta a descrença com que muitos vêem os esforços actuais para promover a transparência. Não obstante, uma ampla série de personalidades, em Angola, informa que o governo tomou medidas para aumentar a transparência: o Ministro das Finanças, José Pedro de Moraes, rompeu os precedentes, em 2004, ao revelar que a Chevron tinha pago \$300 milhões por um bloco de exploração, o que representou uma grande mudança em relação ao segredo com que Angola cerca assuntos financeiros. A concorrência para obtenção de licenças de exploração de campos de petróleo, em Maio de 2006, foi a mais transparente da história de Angola e constituiu mudança importante em relação a 2001. Neste ano, a Sonangol, a empresa estatal de petróleo de Angola, criticou publicamente a BP por prometer revelar dados financeiros sobre Angola. Para além de assinar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate da Corrupção, Angola e o Banco Mundial estabeleceram um programa que supervisiona a maior parte das despesas governamentais, à medida que ocorrem, e também projeta acompanhar a totalidade das despesas a partir de 2008. Para além disto, o clima de inocência aumentou nos últimos anos—com alegações de corrupção e má-administração

---

<sup>13</sup> Chatham House, “Os promotores da mudança, Angola,” Abril de 2005, página 12.

discutidas abertamente na imprensa angolana, nas conversas diárias e nas reuniões públicas.

O teste mais claro do empenho de Angola na transparência será a sua participação plena na Iniciativa de Transparência do Setor Extractivo (ITSE). A ITSE visa apoiar a boa governação nos países ricos em recursos naturais, por meio da publicação e verificação plenas dos pagamentos das empresas e das receitas governamentais do petróleo, gás e mineração, seja nos países candidatos ou nos que se submetem ao regime. Angola tomou algumas medidas para cumprir as metas da ITSE, divulgou as suas receitas de petróleo na Internet (por bloco e tipo de receita) e revelou os bónus de assinatura de contratos na última série de concursos para licenças de exploração de petróleo. Mas Angola tem ainda que cumprir todas as metas da ITSE e continua a abster-se da participação plena.<sup>14</sup> Se implementasse plenamente os critérios da ITSE, Angola poderia dar um sinal positivo do seu empenho com a transparência, o que poderia influenciar governos estrangeiros, o FMI e o sector privado em todo o mundo, e desta forma estimular maiores investimentos internacionais.

## Administração da dívida

Segundo projecções do FMI em 2005, a dívida externa de Angola, calculada em \$9,5 bilhões no fim de 2004, é sustentável a longo prazo, levando em conta as maiores receitas governamentais da produção de petróleo.<sup>15</sup> Com as projecções de maior produção de petróleo, são promissoras as perspectivas de contínuo crescimento económico e finanças públicas bem equilibradas.<sup>16</sup> Em 2006, um relatório do Banco Mundial afirmou que o coeficiente da dívida externa em relação ao PIB de Angola deverá cair de 38,5 por cento, em 2005, para 34 por cento, em 2006, graças ao rápido crescimento do PIB previsto. Neste contexto, a administração da dívida Angolana não parece opressiva. Com efeito,

---

<sup>14</sup> Em Outubro de 2006, o vice-ministro das finanças e representantes do sector privado participaram da Conferência da ITSE em Oslo, como observadores, uma indicação do interesse de Angola nesta iniciativa.

<sup>15</sup> As cifras mais recentes a respeito da dívida externa datam de 2004. A dívida é pública ou garantida publicamente e trata-se de uma obrigação ou do governo central ou da Sonangol. Ver FMI, "Angola, Questões seleccionadas e Apêndice estatístico," relatório de país número 05/125, Abril de 2005, página 41.

<sup>16</sup> FMI, "Angola: Conclusões Preliminares da Missão do FMI de 2006, para Consultas no Contexto do Artigo IV," conclusão nº 5.

Angola poderia optar pelo pagamento imediato das suas dívidas. A questão, portanto, não é exactamente o perdão da dívida, mas sim os termos em que Angola a pagará.

No que diz respeito à administração da dívida, Luanda concentra as suas atenções nas obrigações junto dos membros do Clube de Paris. Angola parece interessada em pagar a sua dívida de \$2,6 bilhões (2005) aos credores do Clube de Paris para melhorar a sua classificação de crédito, diversificar as suas fontes de financiamento e obter taxas melhores nos empréstimos comerciais. Não obstante, não pode haver um acordo colectivo do Clube de Paris, a respeito de um esquema de amortização em termos concessionais, sem um acordo com o FMI, e o relacionamento de Angola com o FMI tem sido acidentado. A posição do FMI tem sido que, antes de receber apoio da instituição, Angola deve negociar um programa de supervisão das suas finanças e demonstrar um ano de bom desempenho. Mas o ritmo lento e a burocracia canhestra do FMI têm frustrado a liderança de Angola. O governo de Angola considera que o FMI tem sido exageradamente crítico dos seus antecedentes de transparência, governação, administração macroeconómica e reforma estrutural. Para além disto, os ricos recursos petrolíferos e o acesso que eles proporcionam às finanças internacionais reduzem os incentivos para que Luanda coopere no que diz respeito a reformas de política.<sup>17</sup>

Depois de múltiplas séries de consultas, em Fevereiro de 2007, Angola anunciou que não mais iria procurar chegar a um acordo com o FMI. Angola, contudo, continuará a buscar assistência técnica do FMI, apenas porque isto poderá, eventualmente, levar o país a receber o assentimento do Clube de Paris. Uma futura opção, fora do contexto dos programas supervisionados pelo FMI, seria um Instrumento de Apoio a Políticas Públicas (IAPP), um programa voluntário de reforma económica orientado pelo FMI, criado para países de baixa renda, que possam não desejar ou necessitar da assistência financeira da instituição, mas que gostariam de gozar da assessoria, supervisão e endosso das suas políticas por parte do FMI. Para que esta opção funcione, os líderes de Angola devem elaborar um programa de reformas que o FMI aceite. A Nigéria conseguiu fazer a mesma

---

<sup>17</sup> O governo parece afastar-se dos empréstimos garantidos pelo petróleo, à medida que procura conseguir melhores taxas nos empréstimos comerciais. Ver comunicado à imprensa da Global Witness: "Bancos Ocidentais dão novo empréstimo colossal a Angola, e ainda outro golpe na transparência," 23 de Setembro de 2005.

coisa e persuadir o FMI a supervisionar um programa de reformas criado pelo próprio país, que levou o Clube de Paris a reduzir a dívida nigeriana.<sup>18</sup>

## Capacidade e infra-estrutura

Qualquer discussão das discrepâncias financeiras nos livros do governo de Angola deve levar em conta a falta de capacidade humana e institucional do país. Carecendo de um forte quadro de funcionários habilitados, mesmo antes da guerra civil, Angola começou a sua reconstrução pós-guerra em condições muito precárias. Em 2005, o governo angolano dedicou \$2,5 mil milhões aos investimentos públicos, mas só foi capaz de gastar \$1,5 mil milhões eficientemente. Angola tem capacidade insuficiente para registar com precisão os enormes montantes de dinheiro do petróleo que o país está a receber, uma razão pela qual continua a ter dificuldades para produzir estatísticas governamentais precisas. É essencial que Angola desenvolva a capacidade institucional requerida para administrar as receitas actuais e futuras—uma necessidade reconhecida pelo próprio governo.

Ao mesmo tempo, Angola enfrenta a imensa tarefa de reconstruir a sua infra-estrutura. Para começar, as viagens ao interior do país são difíceis. As estradas estão intransitáveis e as pontes foram destruídas. As províncias do interior como Bié, Huambo, Huíla, Moxico e Kuando Kubango foram devastadas durante o conflito e até agora não foram ligadas à costa por meio de sistemas de transportes e comunicações. Esta divisão, que reflecte a divisão histórica entre as regiões dominadas pelo MPLA e pela UNITA, cria disparidades nos serviços públicos e comerciais, bem como nos padrões de vida. As redes de transporte deterioradas impedem o fornecimento de bens, não só para o mercado interno, mas também para o mercado mundial. As minas terrestres ainda constituem um grande problema, os sistemas inadequados de irrigação e a escassez de equipamento inibem a produção agrícola e prejudicam o crescimento de uma economia não-petrolífera. Sistemas de educação e saúde em frangalhos contribuem para a baixa qualidade de vida em todo o país.

Enquanto isso, as organizações internacionais trabalham a fim de melhorar os padrões de vida do povo de Angola. Até Agosto de 2006, a carteira do Banco Mundial

---

<sup>18</sup> Num acordo final com o Clube de Paris, a Nigéria fez um pagamento atrasado de \$6 bilhões e a seguir concordou em pagar mais \$6 bilhões para eliminar o saldo restante de \$31 bilhões.

para Angola consistia de cinco projetos activos, financiados por \$177 milhões em créditos e doações pela Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e \$104 milhões em doações cofinanciadas por outros doadores, tais como a Comissão Europeia. A Corporação Financeira Internacional está a formar uma carteira de investimentos em Angola e, cada vez mais, a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos fornece garantias para investimentos privados naquele país. O Banco Africano de Desenvolvimento concentra-se na redução da pobreza rural e na criação de um ambiente conducente ao desenvolvimento do sector privado. Num trabalho em colaboração com o Ministério do Planeamento de Angola, o PNUD procura desenvolver instituições angolanas, atenuar o sofrimento no território, promover o crescimento económico nas comunidades mais pobres e proporcionar acesso universal aos serviços sociais básicos.

Muitas empresas petrolíferas mantêm programas empresariais inovadores de responsabilidade social em Angola e ajudam a desenvolver a capacidade e a infra-estrutura, tanto nas comunidades em que funcionam quanto em outras. Embora apreciem o valor de seu relacionamento íntimo com as empresas petrolíferas, muitos angolanos dizem-se desapontados por estas empresas não fazerem mais. Com efeito, embora estas empresas tenham feito contribuições importantes, poderiam fazer mais. A inserção de obrigações e de estímulos nos contratos e na legislação, e que estes compromissos sejam cumpridos no próprio país, interessa a todos.

Membros da UNITA notam que o problema da falta de capacidade de Angola é politicamente conveniente ao MPLA, que o menciona como desculpa para a falta de mais avanços. Os que argumentam que a falta de capacidade é uma desculpa, mencionam como exemplo Cabinda, uma parte essencial da economia de Angola. Na Cidade de Cabinda, onde o governo fez um esforço enérgico para restaurar os serviços públicos, a eletricidade e a água fluem de forma mais fiável do que no resto de Angola, levando muitos a questionarem-se se o problema da falta de capacidade é realmente um impedimento tão grande, quando existe vontade política para superá-la. Mas embora certamente haja problemas de vontade política em Angola, os problemas de capacidade humana e infra-estrutura física são reais e sérios. No fundo, a vontade política e o desenvolvimento de capacidade devem caminhar juntos.

## Governanta democrática e eleições nacionais

Angola ainda tem que investir nas instituições da democracia—instituições que incluem não só um sistema político democrático, no qual os líderes sejam responsabilizados e o poder seja distribuído equitativamente, mas também um sistema judiciário independente, uma sociedade civil robusta e uma imprensa livre. Actualmente, as instituições da democracia não são vigorosas. O governo angolano é fortemente centralizado e o poder político é exercido por um número relativamente pequeno de altos funcionários do MPLA, todos aliados íntimos do Presidente dos Santos. Isto limita a capacidade dos partidos políticos minoritários, da imprensa e da sociedade civil, de observar o processo de tomada de decisões, e muito menos de dele participar. Mas embora a transição para uma sociedade democrática mais justa seja longa, a democratização já começou. Uma medida promissora foi a decisão tomada por Angola de participar no Mecanismo Africano de Exame pelos Pares (MAEP) iniciado em 2003, como parte da NPDA, a fim de assegurar a supervisão da governação política, económica e empresarial.

O governo angolano também demonstrado crescente tolerância perante discórdias. Apenas com interferência governamental esporádica, militantes podem construir redes de promoção de mudanças, fazer manifestações, publicar artigos na imprensa independente (isto apenas em Luanda), dar entrevistas a estações de rádio dentro e fora do país e comparecer a reuniões fora de Angola. Há mais de cem organizações não-governamentais registadas no país. Juntamente com o clero protestante e católico, os grupos da sociedade civil trabalham a fim de criar legislação sobre posse da terra, protecção dos direitos humanos, aumento dos serviços sociais e redução da pobreza. Estes grupos evitam actuação militante para não serem identificados com movimentos de oposição, mas há parcerias crescentes entre as ONG e o governo angolano, com funcionários do governo a participarem de conferências da sociedade civil e grupos da sociedade civil a trabalharem com o governo em educação cívica, especialmente para a preparação de eleições nacionais. As ONG internacionais também funcionam em Angola, inclusive o Instituto de Assuntos Internacionais do Instituto Democrático Nacional, o Instituto Republicano Internacional, Search for Common Ground, Development Workshop, e outras.

Mas ainda falta fazer muito. Para que Angola se torne uma democracia pujante, serão necessários avanços em, pelo menos, duas áreas essenciais: a riqueza económica deve ser distribuída com maior auidade, visto que é difícil que cidadãos que sobrevivem com \$2 por dia participem efectivamente do processo democrático; e deve continuar a desenvolver-se uma sociedade civil vibrante. Pessoas e organizações que actuam em prol destes objectivos merecem estímulo.

O Conselho da República de Angola, o órgão político de assessoria à presidência, recomendou a realização de eleições parlamentares e presidenciais em meados de 2008 e de 2009, respectivamente. Se o parlamento concordar com o cronograma proposto, as eleições serão realizadas bastante mais tarde do que a data anteriormente prometida pelo Presidente dos Santos, que é amplamente considerado o candidato do MPLA na disputa presidencial. Ninguém questiona a necessidade de um cronograma eleitoral realista e de se levar em conta os problemas de infra-estrutura, mas é importante realizar eleições sem incidentes num futuro próximo, consideradas livres e justas por observadores internacionais. As eleições podem tanto ajudar a criar apoio popular para as políticas nacionais de reconstrução e reabilitação, como persuadir angolanos e observadores internacionais da possibilidade de um futuro democrático. Para além disto, uma distribuição mais equitativa do poder político poderá, a longo prazo, reforçar a estabilidade política e a reconciliação nacional. O processo de registo eleitoral em andamento, montado de acordo com as recomendações de um consórcio privado internacional, registrou mais de dois milhões de eleitores nos primeiros meses, um bom início para o cumprimento da promessa de eleições em 2008.

## Paz e segurança

Embora deseje desempenhar um papel militar construtivo em África, Angola está consciente dos próprios desafios internos à sua segurança e dos perigos de se estender demais. Angola também enfrenta enormes dificuldades para a implementação do ousado programa de desarmamento e desmobilização, anunciado depois da guerra, para ajudar ex-combatentes, inclusive milícias locais armadas pelo governo durante a guerra civil, a desempenharem actividades pacíficas na sociedade angolana. O sucesso no



desarmamento das comunidades e na administração da proliferação de armas pequenas por todo o país é essencial em Angola, agora que as eleições se aproximam, tendo em vista que ambos são fontes potenciais de intimidação e de agitação.

Os outros grandes desafios enfrentados por Angola para a sua segurança têm a ver com a administração do crime transnacional e dos movimentos de refugiados ao longo da imensa e porosa fronteira com a tumultuada RDC e com a manutenção da integridade territorial de Cabinda. O controlo de Cabinda, uma província rica em petróleo, de 2800 milhas quadradas, localizada na fronteira entre a RDC e a República do Congo, tem sido objeto de disputas desde o início do movimento pela independência de Angola. A Frente pela Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) declarou a sua independência de Portugal em 1 de Agosto de 1975, o que não foi reconhecido nem por Portugal nem pelas facções que lutavam pela independência de Angola. As tropas do MPLA entraram em Cabinda em Novembro de 1975 e o Tratado de Alvor, que estabeleceu os termos da independência de Angola em relação a Portugal, afirma que Cabinda é parte integrante e inalienável de Angola. Não obstante, o tratado não foi assinado pela FLEC nem por outros representantes de Cabinda.

Mais de trinta anos mais tarde, em Agosto de 2006, um cessar-fogo com amnistia para os combatentes separatistas e disposições sobre a desmobilização dos combatentes foi aprovado pela FLEC Renovada, uma facção da FLEC original, e pelo governo angolano. Em Janeiro de 2007, quinhentos ex-combatentes separatistas integraram-se voluntariamente nas FAA. Outra facção, as Forças Armadas de Cabinda-FLEC, continua a sua luta pela independência, tanto dentro quanto fora de Cabinda.

Embora potencialmente Cabinda continue a ser um ponto de eclosão de conflitos, o governo parece avançar na melhoria dos serviços e programas na província, a engajar grupos da sociedade civil, a desencorajar assistência externa aos que apoiam o movimento separatista e a intensificar as negociações com os líderes de Cabinda. Alguns membros da FLEC queixam-se de violações dos direitos humanos pela polícia e pelo exército, em vez de procurarem mudanças por meio da violência. Por exemplo, em Outubro de 2006, a República de Cabinda no Exílio e a FLEC-FAC pediram a intervenção da Comissão Africana de Direitos Humanos e do Povo relativamente à violação de direitos consagrados na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos,

assinada por Angola em 1990. O pedido foi apresentado à secretaria da comissão, em Novembro de 2006, mas nenhuma resolução foi aprovada a respeito.

Angola enfrenta grandes desafios no seu sector de segurança, inclusive na sua polícia e forças armadas. Embora as FAA disponham de um exército numeroso e enrijecido pela batalha, caças a jato, um corpo de pilotos de helicóptero e capacidade de artilharia de longa distância, não seria realista esperar que possa contribuir para operações de paz e estabilização em África sem substancial formação adicional e reforma. Em 1975, os seus efectivos chegavam a aproximadamente 140 mil homens, com o exército a constituir, de longe, a maior das forças, com quase 130 mil homens. Apesar do seu tamanho, contudo, poucos destes soldados são bem formados ou equipados e os poucos nesta condição estão muito ocupados em Cabinda e na fronteira entre a RDC e Angola. Para além disto, a maior parte do orçamento militar é gasta em pessoal, inclusive em pensões. A folha de pagamentos das Forças Armadas Angolanas inclui quase quinhentas mil pessoas. A necessidade de continuar a manter empregados os soldados desmobilizados torna a redução e a simplificação deste número extremamente difícil. As FAA enfrentam muitos outros desafios, inclusive a substituição e manutenção de equipamento ultrapassado e danificado, melhor formação dos soldados, bem como a transição para uma postura militar de paz.

## Relações internacionais

Como muitos outros estados, Angola procura manter uma multiplicidade de parceiros estratégicos. Tendo em conta o seu passado colonial, Angola tem parcerias privilegiadas com Portugal e Brasil, grandes parceiros comerciais, bem como relações íntimas com a Rússia e com Israel, que têm vínculos com os sectores da defesa e dos diamantes.<sup>19</sup> Angola teve, por vezes, relações ténues com os seus adversários dos tempos da guerra fria, a África do Sul e os Estados Unidos. No presente, Luanda trabalha para desenvolver relações pragmáticas, a mais importante das quais com a China.

---

<sup>19</sup> “Lula, do Brasil, diz que o seu país está determinado a manter ‘parceria privilegiada’ com Angola,” Notícias da BBC, 4 de Novembro de 2003. Ver também: “Angola apoia maior papel mundial para o Brasil”, Agência Brasil, 4 de Maio de 2005, <http://www.brazzilmag.com/content/view/2292/53/>.

Em Fevereiro de 2006, Angola passou à frente da Arábia Saudita e tornou-se o principal fornecedor de petróleo da China. O papel crescente da China em África gera amplas especulações e debates acalorados. Para além de financiar, para Angola, empréstimos multibilionários garantidos por petróleo, de reabilitar o caminho-de-ferro de Benguela e de construir um novo aeroporto, a China conseguiu posições de propriedade em diversas concessões de petróleo. Isto poderá aumentar a influência potencial da China em Angola nos próximos 20 anos.<sup>20</sup> Apesar disto, as negociações entre a Sonangol e a empresa chinesa Sinopec, para a construção de uma refinaria multibilionária no Lobito, fracassaram no início de Março de 2007. Aparentemente, a Sonangol assumiu a plena propriedade do projecto e não estão claras as consequências disto para o futuro.<sup>21</sup>

Tanto da perspectiva de Angola quanto da China, o relacionamento é pragmático e estratégico. Os angolanos recebem empréstimos a taxas mais baixas do que receberiam de bancos comerciais e os chineses recebem suprimentos garantidos de petróleo a preços do mercado mundial e negócios para as empresas chinesas.<sup>22</sup> Embora este relacionamento atenda as necessidades actuais dos dois governos, é possível que numa data futura, Angola, preocupada por tornar-se excessivamente dependente de sua parceira asiática, decida equilibrar as suas relações com outros países.

De certo, há causas para preocupação. Há falta de transparência no que diz respeito às operações chinesas em Angola. Os empréstimos de Beijing custeiam grandes projectos de infra-estrutura dirigidos por empresas chinesas, com funcionários chineses. Mas o que não está claro é quanto dinheiro entra, como os contratos são outorgados, quantos chineses estão no país e quantos angolanos são de facto empregados pelas empresas chinesas que operam em Angola. Para além disto, Angola deve tomar cuidado com dar a outros empregos que angolanos poderiam ocupar, visto que importar mão-de-obra pode espalhar as sementes para ressentimentos futuros. Não obstante, a China está a

---

<sup>20</sup> “Angola: A China concede novo empréstimo de \$2 bilhões,” Agência de Imprensa de Angola, 22 de Junho de 2006.

<sup>21</sup> “Angola terá investimento de \$50 milhões em petróleo: Sonangol,” Reuters, 3 de Março de 2007. <http://www.alertnet.org/thenews/newsdesk/L08456414.htm>.

<sup>22</sup> Em geral, Angola vende o seu petróleo aos preços do mercado mundial. A estrutura da linha de crédito do Brasil para Angola estabelece que, se os preços mundiais subirem acima de um nível acordado em dólares, o que ultrapassar será creditado a Angola. Isto pode aplicar-se à linha de crédito da China, mas os termos para o pagamento da linha não foram revelados.

fazer contribuições substanciais para o desenvolvimento de Angola, na medida em que constrói e reconstrói estradas, hospitais, escolas e sistemas de saneamento.

Passando do leste para o ocidente, o relacionamento de Angola com os Estados Unidos parece marcado por um resíduo de desconfiança, em certa medida deixado pela Guerra-fria e por eventos mais recentes. Os angolanos esperavam que o seu voto no Conselho de Segurança da ONU relativamente ao Iraque abrisse a porta para um relacionamento mais próximo. Eles lamentam que isto não tenha acontecido. Para além disto, os angolanos argumentam que os Estados Unidos da América impõem condições económicas e políticas para um relacionamento, o que os Estados Unidos negam. Do lado americano, muitos continuam céticos em relação aos avanços de Angola, mesmo quando estes são reais. A criação de relacionamento mais intenso requer que os Estados Unidos e Angola vejam um ao outro com lentes claras.

## A reformulação da estratégia dos Estados Unidos em relação a Angola

É difícil para qualquer pessoa, especialmente para alguém de fora, ter certeza quanto à forma como vai ocorrer a transição de Angola no período pós-conflito. Mas esta comissão crê que algo importante está a ocorrer no país. O país está a mudar—reconstrói o seu território, desenvolve a sua economia e procura relacionamentos pragmáticos no estrangeiro. Chegou a hora de os Estados Unidos reavaliarem o seu relacionamento em conformidade com esta evolução.

### A abordagem atual dos Estados Unidos

De 1975 a 1989, as relações dos Estados Unidos da América com Angola foram definidas pela política da Guerra-fria. Quando o MPLA, apoiado pela União Soviética, chegou ao poder e declarou a independência de Angola, em Novembro de 1975, os Estados Unidos opuseram-se à admissão do país nas Nações Unidas, mantendo essa oposição até Dezembro de 1976. Os Estados Unidos deram apoio geral aos oponentes da MPLA em Angola, em primeiro lugar à FNLA de Holden Roberto e depois à UNITA de Jonas Savimbi, sem estabelecerem relações diplomáticas formais com Luanda até às eleições nacionais de 1992.

Desde o reconhecimento da República de Angola, em 1993, e especialmente desde o fim da guerra, em 2002, as relações entre os Estados Unidos da América e Angola melhoraram em geral. O então Secretário de Estado, Colin Powell, visitou Angola em 2002; o Presidente George W. Bush designou Angola elegível para as preferências tarifárias possibilitadas pela Lei de Crescimento e Oportunidade para África (AGOA), em 2003; o Presidente dos Santos encontrou-se com o Presidente Bush numa visita oficial a Washington, em 2004, e, em 2006, Angola foi escolhida para ser um dos três países piloto para a Iniciativa sobre Malária, do Presidente Bush.

A Embaixada dos Estados Unidos em Angola, uma das maiores missões americanas na África Austral, inclui representantes dos Departamentos de Estado, da Defesa e dos Centros para Controlo e Prevenção de Doenças. A Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID), com um orçamento um pouco superior a \$30 milhões, em 2006, ajuda numa série de programas, do aumento da segurança alimentar à assistência para a reforma económica. Uma série de outros ministérios e organismos do governo americano, como o Departamento de Transporte, de Comércio, de Energia e a Administração Federal da Aviação, mantêm relações com Angola.

A parceria militar americana com Angola é limitada, mas notável. Recentemente, Angola recebeu a primeira visita de um navio da marinha americana em mais de trinta anos e o General William E. Ward, vice-comandante do Comando Europeu dos Estados Unidos da América, passou por Luanda numa viagem pela África Austral, em Outubro de 2006. O trabalho da marinha dos Estados Unidos com Angola faz parte de uma estratégia mais ampla, que visa reforçar a segurança marítima no Golfo da Guiné. O programa internacional de formação militar, IMET, que funcionou com um orçamento de quase \$400 000, em 2006, proporciona formação em língua inglesa para as FAA e formação profissional para polícias. A Secção de Remoção e Destruição de Armas, do Departamento de Estado, apoia o trabalho contínuo de remoção de minas empreendido pelas ONG e pelo governo angolano, promovendo acesso seguro aos locais de voto para as eleições nacionais. É possível que a área de colaboração mais importante a nível militar entre os dois países seja uma iniciativa conjunta para evitar a transmissão do VIH/SIDA nas forças armadas, uma colaboração a que o governo angolano dá grande valor.

Em certa medida, a abordagem programática do Governo dos Estados Unidos em relação a Angola é eficaz. Washington mantém um relacionamento de trabalho com Luanda e apoia uma série de projetos úteis em Angola. Contudo, tem faltado um processo para a construção de um relacionamento estratégico mais intenso com Angola, capaz de ajudar Angola a realizar o seu pleno potencial, tanto internamente quanto no continente africano. Tal processo também serviria os interesses americanos na construção de uma região mais estável, e de uma parceria fiável na área da energia, com um dos principais

fornecedores de África. O governo dos Estados Unidos da América concentrará sempre a sua atenção nos países africanos em crise. Mas entre os países africanos que não estão em crise, Angola deve receber atenção diplomática e recursos compatíveis com a sua crescente importância para os interesses americanos e com a paz e a estabilidade no continente africano.

## Como avançar

Os Estados Unidos da América devem adoptar uma visão estratégica nas suas relações com Angola. O desenvolvimento desta visão requer o reconhecimento de que a importância de Angola é maior do que os lucros gerados por este país para os interesses comerciais americanos. Angola tem potencial para se tornar uma parceira capaz de ajudar a reforçar a segurança e a estabilidade em África. Angola tornar-se uma parceira depende, em parte, da capacidade de angolanos e americanos criarem um relacionamento forte, um relacionamento mais intenso, que requer atenção diplomática sustentada por parte dos Estados Unidos da América e uma distribuição estratégica de recursos. Podem ser tomadas outras medidas para alcançar esta meta, muitas das quais são pormenorizadas no próximo capítulo.

O tom da abordagem dos Estados Unidos da América afectará a força deste relacionamento. Os Estados Unidos devem elogiar o que está correcto, sem deixar de perceber o que está errado, e estimular Angola a tomar as medidas no campo da democratização, da transparência e da economia, que abrirão as portas para uma parceria mais profunda e mutuamente benéfica.

Os Estados Unidos da América devem também reconhecer que o seu relacionamento com Angola é uma questão de longo-prazo. A mudança nas relações de Angola com os Estados Unidos da América será geracional, um aspecto reforçado pela demografia de Angola: cerca de 60 por cento da sua população tem menos de 20 anos de idade.<sup>23</sup> A próxima geração é a melhor esperança para o futuro de Angola. Embora a pobreza e o analfabetismo limitem todos os angolanos, com umas poucas excepções, os angolanos jovens têm hoje oportunidades que não estavam ao alcance dos seus pais e

---

<sup>23</sup> Segundo dados de 2004, o ano mais recente, relativamente ao qual há informações disponíveis. "Angola: Resumo do Relatório de Metas do Milénio, 2005," Governo da República de Angola e PNUD, página 6.

avós. Menos marcados pela guerra, estes estarão provavelmente mais abertos às possibilidades da paz. Com menos memórias da história azeda das relações entre os Estados Unidos da América e Angola, a próxima geração será menos céptica quanto aos benefícios de um relacionamento cooperativo com os Estados Unidos.

Uma nova abordagem, guiada por realismo com empenho—empenhada em ajudar Angola a alcançar a sua promessa, mas realista a respeito dos desafios que isto representa—deveria incorporar estratégias bilaterais, multilaterais e do sector privado.

### *Estratégia bilateral dos Estados Unidos da América*

Não são necessárias grandes medidas para reforçar as relações entre os Estados Unidos da América e Angola. Um pequeno número de medidas impulsionaria as relações e ajudaria Angola a desenvolver-se. Para começar, os Estados Unidos podem vincular-se a prioridades angolanas que fazem sentido e tomar medidas, a fim de alcançar objetivos não-políticos partilhados e começar discussões bilaterais ordinárias com uma agenda abrangente.

O desenvolvimento da capacidade humana e institucional é uma área essencial, em que há convergência entre o que Angola deseja e o que os Estados Unidos podem ajudar a alcançar. Nem a China, nem qualquer outro país está a ajudar Angola, de forma significativa, a atender a imensa necessidade de uma força de trabalho educada, habilitada e diversificada, e os Estados Unidos têm vantagem comparativa no campo da educação e da formação avançada. Assistência no desenvolvimento da capacidade ajuda os Estados Unidos a manterem um ponto de entrada para um diálogo sério com o governo angolano e demonstra interesse dos Estados Unidos em ajudar Angola a atender as suas imensas necessidades. O Departamento de Estado e a USAID devem aproveitar a oportunidade para ampliar as suas iniciativas de formação, tais como o Programa de Formação em Desenvolvimento para Países Africanos de Língua Portuguesa.

A assistência bilateral dos Estados Unidos para Angola por meio da USAID caiu continuamente desde 2004, principalmente por causa de uma redução na assistência alimentar ao país. À medida que a situação de Angola muda de um país pós-conflito para um país em desenvolvimento, e à medida que o Departamento de Estado e a USAID passam por uma reorganização, é imperativo que a assistência anual conjunta do



Departamento de Estado e da USAID não caia abaixo dos \$35 milhões, o montante aproximado previsto para a assistência bilateral dos Estados Unidos para 2008. Os Estados Unidos devem continuar a prática habitual de complementar o custeio dos programas de assistência através de acordos com as empresas privadas que actuam em Angola.<sup>24</sup>

O importante trabalho das ONG em Angola depende, em parte, da existência de doações da USAID. Com a continuação desta assistência, organizações como os Serviços Católicos de Alívio e a Africare poderão intensificar as suas actividades, a fim de reabilitar soldados desmobilizados e população deslocada, erradicar a poliomielite, evitar e tratar a malária e revitalizar a produção agrícola em Angola. Da mesma forma, o Instituto África-América e outras organizações podem continuar a aumentar o número de oportunidades de educação e formação avançada para angolanos nos campos das finanças e da engenharia, a fim de ajudar a estabelecer programas de administração pública e de empresas nas universidades angolanas e de formar funcionários do ministério das finanças de Angola em estatística, compilação e análise de dados, rastreamento de despesas públicas e língua inglesa.

A ampliação dos programas de assistência técnica, através de outros ministérios e organismos do governo dos Estados Unidos da América, também é necessária. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos poderia ajudar a reduzir o número de medidas burocráticas necessárias à realização de negócios em Angola para, desta forma, atrair investimentos estrangeiros, muito necessários fora do sector petrolífero. Para além disto, o governo americano poderia ampliar as iniciativas de desenvolvimento agrícola da Universidade da Geórgia, que recentemente recebeu oito ministros da agricultura africanos, inclusive o de Angola.<sup>25</sup> Estas medidas poderiam fortalecer as relações entre Angola e os Estados Unidos, promover grupos americanos e angolanos que apoiam um relacionamento mais íntimo e aumentar a capacidade de Angola cuidar do seu próprio povo.

---

<sup>24</sup> Em 2006, parcerias público-privadas em Angola aumentaram o orçamento da assistência bilateral em 20 por cento. Em Março de 2007, por exemplo, a Embaixada dos Estados Unidos em Luanda iniciou um programa quinquenal de desenvolvimento financeiro e agrícola no valor de \$5,5 milhões, resultante da parceria público-privada entre a USAID e a Corporação Chevron.

<sup>25</sup> Ver Brad Haire, "Grupo africano visita as instalações agrícolas da Universidade da Geórgia," Serviço de Informações da Universidade da Geórgia, 5 de Maio de 2005, <http://www.uga.edu/news/artman/publish/050505africandelelegation.shtml>.

Ajudar o desenvolvimento dos sistemas de saúde pública de Angola a prevenir epidemias de grande escala, como VIH e outras doenças, como o vírus de Marburg e a cólera, são outros objectivos comuns. As informações sobre a disseminação do VIH em Angola ainda são escassas e a vigilância só se ampliou recentemente (os dados estão agora a ser coletados em clínicas de todas as dezoito províncias). Mas embora as organizações internacionais tenham verificado que as taxas de disseminação do VIH/SIDA são mais baixas em Angola do que noutros países da região, o que se deve principalmente ao isolamento de Angola no período da guerra, é necessária vigilância para evitar uma grande epidemia que poderia devastar a economia e a sociedade do país.<sup>26</sup> A preocupação é real: a falta de cuidados de saúde, a população bastante jovem e móvel e a falta de educação contribuem, no seu conjunto, para a criação de um maior potencial de epidemia.

Por meio dos programas IMET, os Estados Unidos poderão também assistir no desenvolvimento de um quadro profissional de militares, para ajudar as FAA a aumentarem a sua capacidade para enfrentar com eficiência os desafios internos. A cooperação entre militares, através do novo Comando dos Estados Unidos para a África, poderia ampliar as iniciativas actualmente em curso no campo da segurança e criar novas oportunidades para reforçar a capacidade das FAA de se tornarem parceiras em operações de paz e de estabilização, se Angola estiver disposta a participar de tais operações. Os Estados Unidos também podem colaborar com as FAA nas suas actividades internacionais para reconstituir e profissionalizar as forças militares da RDC. Contudo, antes de os Estados Unidos poderem estabelecer laços de colaboração mais próximos com Angola, Washington deve obter, por meio de diálogo, compreensão política mais profunda sobre os objectivos militares de Angola.

No que diz respeito à segurança civil, a ampliação da formação dos polícias de Angola, através da AIP em Gaborone, Botsuana, pode aumentar o grau de profissionalização e estimular os Estados Unidos e Angola a cooperarem no combate ao crime transnacional. As mesmas metas podem ser alcançadas num trabalho para que

---

<sup>26</sup> Segundo a Organização Mundial da Saúde e o Programa Conjunto das Nações Unidas de VIH/SIDA, a disseminação de VIH em Angola é calculada em menos de 5 por cento, em comparação com 25 por cento no Botsuana, Lesotho e Suazilândia, e de 10 a 25 por cento em quase todos os demais países da região. Ver: "Atualização sobre a epidemia de SIDA," Dezembro de 2005," página 20–25.

Angola crie um programa de desenvolvimento institucional da polícia moldado às necessidades específicas do país—coisa em que o PIATIC, do Departamento da Justiça dos Estados Unidos, é especializada.

Esta discussão levanta a questão sobre se é apropriado ou necessário prestar assistência bilateral a um país rico em petróleo—especialmente um que não preencheu os requisitos do FMI referentes à transparência nas contas do petróleo. A assistência bilateral que esta comissão recomenda, contudo, é importante e direccionada, concentrada no desenvolvimento das instituições e do capital humano. Com o tempo, os termos, condições e pagamento desta assistência podem ser negociados entre as comunidades dos governos dos Estados Unidos e de Angola, do sector privado e das ONG, com o governo dos Estados Unidos a servir de facilitador e, às vezes, de financiador. Ao mesmo tempo, esta assistência não deve emperrar as iniciativas do FMI com vistas às reformas em Angola. Não obstante, não devemos deixar de fornecer assistência bilateral a Angola, especialmente assistência técnica, que sirva os interesses fundamentais americanos de formação de um governo mais responsável, de um estado de direito mais pujante e de um ambiente mais favorável aos investimentos no país.

Um relacionamento mais intenso deve também ser cultivado por meio da discussão ampla dos problemas económicos, políticos e de segurança, específicos de Angola, inclusive regulamentação bancária, política monetária, acesso ao crédito, desenvolvimento democrático, direitos humanos e reformas no sector da energia, especialmente da distribuição de electricidade. As discussões bilaterais devem incluir também preocupações regionais mais amplas, tais como o tráfico de pequenas armas, VIH/SIDA e integração económica. Consultas com o governo angolano a respeito de questões sub-regionais podem dar aos fazedores de política dos Estados Unidos outras perspectivas a respeito dos eventos na RDC, Zimbábue, e Moçambique, bem como idéias sobre como a China e os Estados Unidos podem cooperar para o desenvolvimento e a segurança em África.

Finalmente, merecem estímulo os indivíduos e organizações, dentro e fora de Angola, que procuram criar um país democrático, onde a boa governação e a distribuição equitativa da riqueza nacional sejam consideradas prioridades nacionais. Como parte deste estímulo, os Estados Unidos devem continuar o diálogo com líderes da sociedade

civil corajosos, jornalistas e outros líderes comunitários que representam o lado exigente da governação.

#### *Estratégia multilateral dos Estados Unidos*

Engajar Angola por meio de acordos multilaterais pode complementar e realçar as relações bilaterais dos Estados Unidos com Angola. Mas ao utilizar canais multilaterais para impulsionar as metas da segurança, estabilidade e desenvolvimento regional, seria imprudente e incorrecto para os Estados Unidos considerar outros parceiros de Angola como adversários. Angola e outros estados e empresas empenhados no seu futuro compartilham dos mesmos interesses. Ninguém deseja que Angola fracasse ou retorne aos conflitos. Poucos prefeririam a corrupção à transparência. Muitos desejam que Angola desenvolva a sua capacidade, reconstrua a sua infra-estrutura e melhore o seu aparato de regulamentação ambiental, para que atraia mais empresas mundiais. A maioria prefere um futuro mais democrático que, a longo prazo, signifique também um futuro mais estável. Em certa medida, há consenso a respeito destes objectivos mais amplos e os Estados Unidos da América devem trabalhar com Angola e com os seus parceiros a fim de que esta agenda colectiva avance.

Uma opção de engajamento multilateral é o Fórum SADC-EEUU. O fórum, estabelecido em 1999, promove reuniões anuais para a discussão da situação política e de segurança na região e para avaliar os avanços nas áreas de cooperação. Os Estados Unidos podem propor que a próxima reunião seja realizada em Luanda e que as discussões da mesa redonda de política do fórum se concentrem na situação pós-conflito em Angola e na RDC.

Outro fórum é a UA. Com cinquenta e três estados membros, a UA é a principal organização africana para a promoção da paz e da segurança, dos princípios democráticos e boa governação, bem como para a proteção dos direitos humanos, de acordo com a Carta Africana. Será importante que os Estados Unidos apoiem a UA, tanto discreta quanto publicamente, neste esforço digno e cheio de desafios, especialmente no que diz respeito a Angola.

Com uma atitude realista, no que diz respeito à sua capacidade de promover mudanças em Angola por meio da participação americana nas instituições financeiras

internacionais e com uma folha de serviços com resultados inconsistentes na promoção de reformas nos países africanos em desenvolvimento, o governo dos Estados Unidos deve envolver Angola nos fóros multilaterais, em coordenação com instituições internacionais.

Uma possibilidade, originalmente recomendada pelos representantes oficiais dos países doadores em Luanda, é uma conferência internacional sobre investimentos em Angola. Sem exigir compromissos financeiros, como nas conferências de doadores, esta reunião seria uma oportunidade para que interessados internacionais e do governo angolano discutissem como fortalecer parcerias, dar prioridade às metas do desenvolvimento e desenvolver em Angola a capacidade necessária para o crescimento sustentável.

Para além da IDA, do Banco Mundial, o principal canal multilateral da assistência americana, os Estados Unidos podem contribuir mais para as actividades do Banco Africano de Desenvolvimento e do PNUD em África. O Ministério de Assuntos Estrangeiros da Noruega assinou com o PNUD um acordo sobre um programa de educação cívica com custo partilhado de \$800 000. Em Dezembro de 2006, o Japão deu, através do PNUD, aproximadamente \$4 milhões a Angola, com vistas ao reforço da capacidade técnica e operacional do Instituto Nacional para a Desminagem em Angola. Os Estados Unidos deveriam considerar contribuições semelhantes para as iniciativas multilaterais que visem apoiar desafios específicos de capacidade.

Os Estados Unidos podem também proporcionar assistência técnica para facilitar um relacionamento produtivo entre Angola e o FMI, embora os pormenores deste relacionamento devam ser decididos entre as duas partes.

#### *Estratégia para o sector privado*

Uma nova abordagem no relacionamento EEUU-Angola deve incluir um papel para o sector privado. Angola está muito consciente da falta de investimentos privados dos Estados Unidos da América (fora do sector petrolífero), o que reflecte o clima inóspito para os investimentos. Na verdade, níveis maiores de investimento do sector privado dos Estados Unidos dependem mais de medidas do governo de Angola do que do governo dos Estados Unidos. Os investimentos aumentarão, quando o governo angolano tomar

medidas para tornar mais receptivo o ambiente para as empresas e a sua economia se tornar menos dependente do petróleo. Consultores externos podem recomendar como fazer isto, embora a decisão de melhorar o ambiente para os negócios esteja nas mãos dos angolanos.

Por conseguinte, há uma série de estratégias que o governo dos Estados Unidos pode adoptar para complementar o trabalho atualmente desenvolvido pelo governo angolano: a Câmara de Comércio Estados Unidos-Angola, o Conselho Empresarial de África e outras organizações sem fins lucrativos, que procuram construir pontes para as empresas angolanas. Estas estratégias incluem missões de comércio e investimento promovidas por ministérios do governo americano e lideradas por banqueiros e empresários de uma série de sectores, com a meta de expandir laços comerciais.

À medida que o diálogo se aprofundar, os Estados Unidos e Angola devem procurar formas de diversificar a economia de Angola e intensificar o comércio. Angola é, actualmente, uma beneficiária da AGOA, mas a sua principal exportação é o petróleo. Se surgirem oportunidades para maiores investimentos, os Estados Unidos deverão abrir a perspectiva de um acordo de livre comércio com Angola. Um acordo deste tipo não seria imediatamente benéfico, mas poderia transformar-se no alicerce de um relacionamento comercial mais amplo e de longo prazo. A apresentação desta ideia poderia também demonstrar reconhecimento da importância de Angola para os Estados Unidos. A promoção de um tratado bilateral de investimento seria outra opção, mas isto iria requerer algumas medidas preliminares pelo governo angolano, como a adesão à convenção sobre arbitragem obrigatória. Uma meta a mais curto prazo seria confluir um AQCI entre os dois governos.

O sector privado também tem um papel importante a desempenhar no atendimento das necessidades de capacidade de Angola. Com efeito, embora a sua experiência com actividades estrangeiras nem sempre seja vista com bons olhos, o governo angolano demonstrou disposição de privatizar e terceirizar actividades para o sector privado. Nos últimos anos, empresas privadas têm administrado os terminais portuários e o sistema de recolha de lixo de Luanda e o Ministério das Finanças tem usado consultores externos para ajudar a desenvolver a sua capacidade de programação financeira. As empresas petrolíferas e outras podem proporcionar mais bolsas de estudo a

estudantes angolanos. A longo prazo, contudo, Angola deve tornar-se auto-suficiente, capaz de atender as suas próprias necessidades de capacidade.

## Recomendações para a política americana

Para ajudar Angola e os Estados Unidos a atenderem as suas necessidades de evolução, a Comissão recomenda um conjunto de estratégias bilaterais, multilaterais e do sector privado dos Estados Unidos. Para que estas sejam eficazes, os Estados Unidos devem estar dispostos a empenharem-se a longo-prazo e a estruturar as suas políticas de curto prazo de forma a facilitar mudanças duradouras em Angola.

### Abordagem bilateral dos Estados Unidos

Como este relatório torna claro, já existem muitos elementos de uma política prudente dos Estados Unidos da América em relação a Angola. Os Estados Unidos têm uma missão diplomática substancial e talentosa em Luanda e administram programas que ajudam Angola em muitas questões vitais. Mas, como ocorre em qualquer relacionamento bilateral, a abordagem dos Estados Unidos pode ser fortalecida com consideração cuidadosa de novas iniciativas.

Não obstante, a questão é menos de teor da política americana do que da prioridade que o governo dos Estados Unidos atribui actualmente ao relacionamento com Angola. Este relatório argumenta que Angola deve ser tratada ao mesmo nível que os principais estados do continente. Desta posição decorreria todo o resto: diálogo regular, de alto nível, sobre segurança e economia; estreita concentração nas questões políticas, de transparência, do estado de direito e da economia em Angola, consideração cautelosa da dívida externa que obscurece o futuro de Angola; atenção prioritária para o investimento e o comércio e maior cooperação entre militares dos dois países. Por outras palavras, as recomendações programáticas deste relatório são secundárias. Mais importante é a nossa recomendação estratégica: a comissão insentiva os níveis mais altos do governo dos Estados Unidos a reconhecerem a crescente importância de Angola para os interesses americanos e a actuarem com base nisto.



Para formular e executar uma política americana que atribua prioridade ao desenvolvimento de um relacionamento forte com Angola, deve haver uma atribuição clara de responsabilidades dentro do governo dos Estados Unidos e deve ser estabelecido um mecanismo de diálogo bilateral ordinário.

Pode não ser viável estabelecer uma comissão bilateral de alto nível para melhorar o diálogo com Angola, porque o governo Bush tem evitado este tipo de mecanismo. Não obstante, o presidente dos Estados Unidos deve informar o governo angolano da importância que os Estados Unidos atribuem a um diálogo melhor e normal e acrescentar que a secretária de estado e um secretário adjunto de estado serão encarregados do estabelecimento de um mecanismo para este diálogo. Este mecanismo pode incluir conversas ordinárias em Angola, a respeito de uma agenda acordada sobre temas e áreas de interesse mútuo—transparência, cronograma para as eleições, segurança regional, bem como as metas e capacidades das FAA. Pode também incluir visitas de ministros angolanos aos Estados Unidos, para encontros com os seus homólogos americanos, e o desenvolvimento de outras formas de cooperação. O secretário de estado pode reforçar este diálogo deixando claro que os resultados serão comunicados ordinariamente ao seu gabinete, ao presidente e, por outro lado, aos mais altos funcionários do governo angolano. O embaixador dos Estados Unidos em Angola é responsável pela organização da sua execução mas, em última análise, a responsabilidade pelo sucesso da política em relação a Angola reside nos mais altos níveis em Washington.

Ao desenvolver uma parceria com Angola, os Estados Unidos devem comunicar-se com a China a respeito dos interesses mútuos em África. A China pode não ser um grande baluarte da democracia em África, mas a boa governação, a estabilidade e um crescimento equitativo no continente interessam tanto à China quanto aos Estados Unidos. O Departamento de Estado iniciou um diálogo sobre a China em África, que até agora não foi muito longe. Este diálogo deveria continuar e a sua agenda deveria ampliar-se, a fim de incluir temas como a governação, a transparência, a responsabilidade empresarial e a degradação ambiental, à medida em que se relacionam com Angola e outros países africanos onde a China desempenha um papel activo.

Para além disto, a Comissão recomenda que:

- O governo Bush envie uma série de delegações do congresso e de funcionários de alto nível do executivo, tais como o vice-secretário de estado para assuntos económicos, aos estados da África Austral, inclusive a Angola, que estão a conseguir avanços nos campos da democracia e do desenvolvimento económico. Estas visitas devem fazer parte de uma estratégia para estabelecer e sustentar um diálogo sobre política económica, assuntos internacionais e segurança regional.
- O secretário de estado adjunto para assuntos Africanos visite Luanda, a fim de discutir as eleições nacionais de Angola, as necessidades de capacitação e o processo de reconstrução e reconciliação pós-conflito, bem como para comparar avaliações sobre os eventos na RDC e no Zimbábue.
- O Departamento de Estado convide funcionários angolanos de alto e médio nível para participar do Programa Internacional de Visitas de Líderes e tome outras iniciativas de intercâmbio, a fim de promover vínculos com a liderança actual e futura de países estrangeiros.
- O Departamento de Estado facilite a discussão entre o governo angolano e representantes do sector privado, da comunidade das organizações sem fins lucrativos e do ensino superior dos Estados Unidos, a fim de explorar possibilidades de parcerias público-privadas nas áreas do desenvolvimento da capacidade e da assistência técnica.
- O Governo dos Estados Unidos da América mantenha os aproximadamente \$35 milhões para assistência bilateral a instituições angolanas, previstos no orçamento de 2008. Esta verba deve continuar a fornecer assistência técnica para a construção de instituições democráticas, para a sociedade civil, educação e formação profissional, reforma financeira e agrária, desenvolvimento agrícola e saúde pública. Em particular, o programa do Departamento, que financia programas nos campos da não-proliferação, combate ao terrorismo, desminagem e similares, que apoiam o desenvolvimento da capacidade de remoção de minas em Angola, bem como de administração e destruição de pequenas armas, não devem cair abaixo do nível actual de \$6 milhões, nos próximos cinco anos. As dotações para os programas (IMET), que visa o desenvolvimento de instituições de defesa apolíticas e transparentes, inclusive

formação nas relações civis-militares, o orçamento de defesa e os direitos humanos, deve ser aumentado para \$600 000.

- A Embaixada dos Estados Unidos deve discutir com Angola a possibilidade de ampliar os programas actuais de formação de polícias da AIP e de estabelecer programas de desenvolvimento institucional da polícia através do PIATIC. A programação deve incluir policiamento comunitário, segurança para eleições e técnicas de controlo de distúrbios civis, bem como desenvolvimento académico.
- O Departamento da Defesa estabeleça como prioridade do novo Comando dos Estados Unidos para África o fortalecimento das relações com Angola. Maior envolvimento com as FAA, através de contactos com a sua liderança. As sessões de informação com a liderança das FAA devem concentrar-se nos avanços do desarmamento, da desmobilização e da reintegração dos ex-combatentes, na situação na RDC e no papel das FAA no período pós-conflito em Angola. Para além disto, a Iniciativa do Centro de Estudos Estratégicos de África, do Departamento de Defesa, pode trabalhar no sentido de realizar em Angola alguns dos seus seminários sobre temas tópicos e de liderança.
- O Departamento da Educação dos Estados Unidos da América tome uma iniciativa junto a presidentes de universidades americanas, a fim de avaliar a viabilidade de intercâmbios educacionais e parcerias institucionais com universidades angolanas.
- O Departamento de Estado dos Estados Unidos aprofunde as iniciativas no sentido de engajar a China, no que diz respeito aos interesses comuns dos dois países em África.

## Abordagem multilateral dos Estados Unidos da América

Embora esta comissão tenha concluído que a ampliação das relações bilaterais, já construtivas, dos Estados Unidos com Angola deva receber uma prioridade mais alta do que as relações multilaterais, é importante assegurar que Angola continue a integrar-se nos mercados mundiais e nas organizações regionais e resolva as suas dívidas externas.

A comissão recomenda que:

- Os Estados Unidos proponham a realização de uma reunião da cimeira do Fórum SADC-EEUU em Luanda.

- Os Estados Unidos apoiem uma conferência internacional sobre investimento e desenvolvimento económico para Angola, a ser realizada em Luanda, como recomendado pelos representantes oficiais dos países doadores. Esta conferência seria uma oportunidade para que o governo angolano e interessados no desenvolvimento discutam como fortalecer parcerias, dar prioridade às metas do desenvolvimento e desenvolver a capacidade de que Angola necessita para crescer de forma sustentada.
- Os Estados Unidos se disponham a oferecer um pacote de assistência técnica que complemente qualquer cooperação futura entre Angola e o FMI.

## Abordagem do sector privado

Para desenvolver relações internacionais do sector privado em Angola, e desta forma complementar as iniciativas do governo angolano no sentido de criar um ambiente mais receptivo para os investimentos, a comissão recomenda que:

- Os Estados Unidos anunciem um acordo de livre comércio como meta, ao qual os governos dos EEUU e de Angola possam aspirar, e estabeleça marcos para a sua conclusão, inclusive um acordo sobre um AQCI, e estabeleça um mecanismo de consulta entre o representante dos Estados Unidos para negociações comerciais e o governo angolano.
- Os Estados Unidos continuem a sua prática actual de complementar os fundos dos programas de assistência bilateral por meio de acordos público-privados com empresas particulares activas em Angola.
- Que o Departamento do Comércio dos Estados Unidos organize missões de comércio e investimento, especialmente para empresas agrícolas e de negócios agrícolas, e estabeleça uma presença permanente na missão dos EEUU em Angola.
- Que as empresas americanas que operam em Angola, especialmente as empresas de petróleo, ampliem o seu apoio a instituições educacionais angolanas e proporcionem oportunidades mais avançadas de educação e formação a alunos angolanos.

## Conclusão

Este relatório é divulgado num período em que aumentos abruptos recentes nos preços de petróleo e a dependência dos Estados Unidos em relação ao petróleo reorientaram a atenção da América para as relações com os estados que produzem energia. Com poucas excepções, os países dos quais os Estados Unidos dependem para os seus suprimentos de energia, ou estão em regiões politicamente instáveis do mundo, ou estão mal classificados no que diz respeito ao desenvolvimento humano e à governação. Isto cria desafios estratégicos e políticos substanciais para os fazedores de política americanos, visto que os Estados Unidos têm uma longa história de promoção da governação e dos valores democráticos, com a crença de que estados democráticos são melhores parceiros bilaterais a longo prazo e contribuem para a estabilidade internacional. Angola é um dos países que representam um dilema constrangedor para os Estados Unidos.

Esta comissão considera que os interesses estratégicos dos Estados Unidos na energia e segurança do Golfo da Guiné serão servidos pelo fortalecimento de vínculos entre os Estados Unidos e Angola, como parte de uma ampla política energética e uma abordagem estratégica em relação a África. Uma parte integrante desta política deve também incluir o apoio a personalidades em Angola—líderes políticos, activistas comunitários e líderes da sociedade civil—que procuram criar um país democrático, onde a boa governação e a distribuição equitativa da riqueza nacional são vistas como prioridades nacionais. O progresso de Angola nestas áreas essenciais caminha paralelamente com o desenvolvimento de um relacionamento bilateral mais forte entre os Estados Unidos e Angola, como recomendado pela comissão.

Para além disto, a política que os Estados Unidos adoptarem em relação a Angola deve reconhecer o papel de Angola no mercado mundial de energia, mas ser moldada para ajudar Angola a enfrentar a sua situação específica. A criação de uma sociedade

mais equitativa, na qual os líderes de Angola sejam politicamente responsáveis é, a longo prazo, a melhor política de prevenção.

A reforma real e o desenvolvimento equitativo, obviamente, não podem ser impostos de fora. Felizmente, com a riqueza de Angola em petróleo, as duas metas são realistas, se Luanda tomar as decisões corretas tanto de política interna quanto externa. Este relatório demonstra que há algumas medidas específicas, que o governo angolano deve tomar, que seriam bem recebidas pelos parceiros políticos e económicos internacionais e proporcionariam uma base sólida sobre a qual as relações bilaterais entre os Estados Unidos e Angola podem ser construídas e aprofundadas. Isto inclui o estabelecimento de uma data específica para a realização de eleições e o início da montagem das estruturas necessárias para assegurar que as eleições sejam livres e justas. A fim de ganhar o respeito que deseja internacionalmente, o governo angolano deve tornar-se mais responsável perante o seu próprio povo. A realização de eleições democráticas seria um passo importante nesta direcção.

Outras medidas, que o governo angolano poderia tomar com impacto favorável, incluem a participação plena na ITSE e a simplificação do processo de aprovação dos investimentos em Angola. Tais investimentos, especialmente os que forem além dos sectores do petróleo e dos diamantes, poderiam estimular actividades económicas, diversificar a economia e criar empregos muito necessários. Isto significa tornar o país consideravelmente mais receptivo aos investidores estrangeiros. Se isto acontecer, a Comissão considera que os investimentos do sector privado dos Estados Unidos aumentarão substancialmente em relação aos baixos níveis actuais.

Um diálogo bilateral amplo, entre Angola e os Estados Unidos da América, pode ajudar a avançar na direcção destes objetivos comuns. Se trabalharem em parceria com organizações internacionais e regionais como a ONU, o Banco Mundial e a UA, os Estados Unidos poderão apoiar e estimular, em Angola, estes indivíduos e instituições que desejam aproveitar este momento para desenvolver a capacidade angolana e encaminhar o país para a trilha de uma sociedade mais democrática e transparente.

Embora a trilha que aponta para a frente seja longa e difícil, um relacionamento bem sucedido ajudará tanto os Estados Unidos quanto Angola a construir um futuro melhor – e esta é uma meta pela qual vale a pena lutar.

## Membros da comissão

**Kofi Appenteng** é sócio da Thatcher Proffitt & Wood LLP. Participa em muitas organizações profissionais e cívicas, inclusive no Instituto Africa-América, cujo conselho preside, na Sociedade de Serviços Comunitários de New York, no Instituto de Direito Internacional e Comparado, no Instituto de Empresas, no Fundo da Universidade da Cidade do Cabo, Inc., na Ordem dos Advogados da Cidade de Nova York e na Ordem dos Advogados do Estado de Nova York.

**Peter W. Baird** é presidente do grupo de dispositivos terapêuticos da Encore Medical Corporation. Antes, foi sócio da Secção do Atlântico Central da McKinsey & Company. Antes de trabalhar para a McKinsey, Baird foi director da Brait Capital Partners Ltd., uma empresa de capital privado da África do Sul, e também professor de economia da Universidade da Cidade do Cabo. Também trabalhou como banqueiro de investimentos na Lehman Brothers, de New York.

**Pauline H. Baker** é presidente do Fundo para a Paz, uma organização educacional e de pesquisa que trabalha para evitar a guerra e atenuar as condições que causam a guerra. Cientista política que viveu na África Subsaariana por mais de uma década e viajou por todo o continente, Baker leccionou na Universidade de Lagos, na Nigéria, na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins e na Escola de Serviço Diplomático Edmund A. Walsh da Universidade de Georgetown. Também foi assessora profissional da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos e directora da equipa da Subcomissão de Assuntos Africanos. Publicou mais de oitenta artigos, ensaios e livros e é uma das co-autoras do Índice dos Estados Fracassados, a primeira classificação mundial sobre riscos de conflito dentro de estados.

**Malik M. Chaka** é diretor dos países no limiar para a “Millennium Challenge Corporation.” Traalhou como assessor profissional da Subcomissão Africana da Comissão de Relações Internacionais da Câmara de Representantes durante sete anos. Acompanha a situação em Angola há mais de três décadas e viajou amplamente pelo país. Em 1994, fez um depoimento a respeito de Angola no Congresso dos Estados Unidos. Tem escrito a respeito de tópicos de Angola para as publicações *Times of Zambia*, *Zambia Daily Mail*, *London-based Africa Analysis* e *Terra Angolana*, e edita o Angola Listserv, distribuído internacionalmente.

**Herman J. Cohen** é diplomata americano aposentado. Os cargos mais altos que exerceu foram Embaixador no Senegal, Diretor para África no Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos no governo do presidente George H. W. Bush. Actualmente dá aulas na Universidade Johns Hopkins e presta serviços de consultoria a empresas americanas que actuam em África.

**Julius E. Coles** é presidente da Africare. Antes de assumir este cargo foi director, de 1997 a 2002, do Centro Andrew Young para Assuntos Internacionais do Morehouse College. De 1994 a 1997 foi director do Centro de Assuntos Internacionais Ralph J. Bunch, da Universidade Howard. Aposentou-se do serviço diplomático americano em 1994 com o nível de Ministro de Carreira. Grande parte da carreira de vinte e oito anos de Coles no serviço diplomático americano foi passada como funcionário da USAID. Foi director da missão da Suazilândia e do Senegal e serviu no Vietnam, Marrocos, Libéria, Nepal, e Washington, DC.

**Chester A. Crocker** é o professor James R. Schlesinger de Estudos Estratégicos na Escola de Serviço Diplomático Edmund Walsh, da Universidade de Georgetown. Serviu como presidente do conselho do Instituto da Paz, dos Estados Unidos, de 1992 a 2004, e continua a servir como membro do seu conselho. De 1981 a 1989 foi secretário de estado adjunto para assuntos africanos e mediou as longas negociações entre Angola, Cuba e África do Sul, que levaram a Namíbia à transição para a independência e à retirada das forças cubanas de Angola. É membro dos conselhos de várias empresas públicas e



privadas e de instituições sem fins lucrativos. O Dr. Crocker é autor de *Duelo na África austral: como implantar a paz num ambiente conturbado*, co-autor (com Fen Osler Hampson e Pamela Aall) de *Como debelar conflitos intractáveis, a mediação nos casos mais difíceis*, e co-editor (com Fen Osler Hampson e Pamela Aall) de *Colhendo espinheiros: análise de conflitos intractáveis*.

**Frank E. Ferrari** é presidente de ProVentures Inc., um grupo de assessoria internacional dedicado principalmente a África. Foi presidente interino e primeiro-vice-presidente do Instituto África-América, chefiando sua representação na África do Sul, de 1992 a 1994. É membro da Iniciativa de Desenvolvimento Sul-Norte e o assessor africano do Conselho Internacional de Assessoria de Jornais Independentes. Formou-se pela Universidade de New York e é ex-membro do Seminário dos Docentes de África, da Universidade de Colúmbia.

**Adam P. Frankel** foi Fellow Rosenthal do Gabinete do Coordenador de Contra-terrorismo do Departamento de Estado dos Estados Unidos e trabalhou no Gabinete de Redatores de Discursos Presidenciais, na Casa Branca. Foi educado na Universidade de Princeton e na Escola de Economia e Ciência Política de Londres, onde foi bolseiro Fulbright.

**David L. Goldwyn** é presidente da Goldwyn International Strategies, LLC. Foi secretário adjunto de energia para assuntos internacionais (1999–2001) e conselheiro do secretário de energia (1998–99), trabalhando nas áreas de política internacional de energia, política internacional de ciência e tecnologia, emergências internacionais de petróleo e de problemas de comércio e investimento. Foi assessor sênior e conselheiro do embaixador dos Estados Unidos na ONU (1997–98). Também serviu no Departamento de Estado dos Estados Unidos como chefe de gabinete do vice-secretário de assuntos políticos (1993–97), assistente especial dos vice-secretários Arnold Kanter e Peter Tarnoff (1992–93), e advogado no Gabinete do Assessor Jurídico (1991–92).

**Paul J. Hare** é director executivo da Câmara de Comércio EEUU-Angola. Funcionário de carreira do serviço diplomático dos Estados Unidos, foi embaixador na Zâmbia, de 1985 a 1988, e representante especial dos Estados Unidos no processo de paz de Angola, de 1993 a 1998. É autor de *A melhor e derradeira oportunidade para a paz em Angola: Narrativa de um participante do processo de paz*.

**Patrick Hayford** é director do Gabinete do assessor especial para África, na ONU.

**Edward V. K. Jaycox** é director-gerente da Parceria Global de Mercados Emergentes, uma empresa de investimentos de capital privados e executivo do Fundo de Infra-estrutura Africana AIG. Também é presidente dos conselhos do Fundo de Crescimento de África Occidental e do Fundo de Crescimento de África Central. Trabalhou para o Banco Mundial durante mais de trinta anos, onde foi o vice-presidente do banco encarregado da região africana que mais durou no cargo (1984–96).

**Princeton N. Lyman** é fellow adjunto sénior de estudos de política africana no Conselho de Relações Estrangeiras. Também é professor adjunto da Universidade de Georgetown. De 1999 a 2003, foi director executivo da Iniciativa de Interdependência Mundial do Instituto Aspen. Antes, trabalhou para o governo americano, servindo como vice secretário adjunto de estado para assuntos africanos, embaixador na Nigéria, director de programas de refugiados, embaixador na África do Sul, secretário adjunto de estado para assuntos de organizações internacionais e director da USAID na Etiópia. O embaixador Lyman é membro de diversos conselhos, inclusive da Academia Americana de Diplomacia, do Fundo para a paz, do Childreach Plan, da Fundação Amy Biehl e do Conselho Empresarial EEUU-África do Sul. Também é co-presidente do Grupo de Trabalho da África Austral do Conselho Empresarial de África.

**Callisto Madavo** é professor visitante do programa de estudos africanos na Universidade de Georgetown. Antes ocupou altos cargos no Banco Mundial, inclusive o de vice-presidente da região africana, director para o Leste da Ásia, director para o Leste de África,

bem como chefe da divisão do departamento de programas para o Paquistão. Mais recentemente, serviu como assessor especial do presidente do Banco Mundial.

**Vincent A. Mai** é presidente da AEA Investors LLC, uma empresa mundial de capital privado com representações nos Estados Unidos, Europa e Ásia. Antes de trabalhar para a AEA, em 1989, foi director-gerente da Lehman Brothers, onde era co-chefe de atividades de banco de investimento. Serviu nos conselhos de diversas instituições, inclusive no Conselho de Relações Estrangeiras e na Corporação Carnegie de New York. É presidente do Sesame Workshop e também é membro dos conselhos da Juilliard School e do Centro Internacional de Justiça de Transição. Mai é presidente do Conselho de Assessoria de Estudos de Política de África no Conselho de Relações Estrangeiras e presidente da Comissão de Assessoramento de África da Human Rights Watch.

**Mora L. McLean** é presidente e principal executiva do Instituto África-América, a mais antiga organização sem fins lucrativos baseada nos Estados Unidos dedicada à promoção das relações dos Estados Unidos com África, por meio da educação, formação e diálogo. Antes trabalhava para a Fundação Ford, onde era vice-directora dos programas de África e Médio Oriente e, ainda antes, a representante para o oeste de África, baseada em Lagos, na Nigéria. É membro do conselho director da Universidade Wesleyan e do corpo docente adjunto da Universidade de New York. Também serve nos conselhos de direcção do Instituto da Paz, sediado em Washington, DC, e do conselho de assessoria do programa Abraham Lincoln de Bolsas de Estudo no Estrangeiro, criado pelo congresso dos Estados Unidos.

**M. Peter McPherson** é presidente da Associação Nacional de Universidades Estaduais e de Terrenos Doados pelo Governo e presidente emérito da Universidade Estadual de Michigan (1993–2004). De abril a outubro de 2003, pediu licença da Universidade Estadual de Michigan e serviu como director de política económica da Autoridade Provisória da Coalizão, no Iraque. Antes disto ocupou altos cargos executivos no Bank of America (1989–93) e no governo dos Estados Unidos da América, inclusive o de vice-secretário do tesouro (1987–89), administrador da USAID (1981–87) e assistente especial

do presidente Gerald R. Ford. Preside a Comissão Abraham Lincoln de Bolsas de Estudo no Estrangeiro e é o co-fundador da Parceria para Reduzir a Fome e a Pobreza em África, é presidente do Conselho para Desenvolvimento Internacional de Alimentos e da Agricultura e serve no conselho de directores da Dow Jones & Company, Inc.

**William L. Nash** ocupa a cadeira General John W. Vessey para o estudo de prevenção de conflitos e é director do Centro de Ação Preventiva do Conselho de Relações Exteriores. O general de brigada Nash (reformado, exército dos Estados Unidos) tem grande experiência em operações de manutenção da paz, como comandante militar na Bosnia-Herzegovina e como administrador civil da ONU em Kosovo. Depois de servir por trinta e quatro anos o exército dos Estados Unidos, foi nomeado conferencista visitante da Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade de Harvard e director de programas civis e militares do Instituto de Assuntos Internacionais do Instituto Democrático Nacional. Para além das suas actividades no Conselho, também é conferencista na Universidade de Georgetown, da Universidade de Princeton e consultor militar da ABC News.

**Arthur Mark Rubin** é chefe do grupo de administração de obrigações da Morgan Stanley, baseado em Nova York. Antes trabalhou com a Goldman Sachs, ABN AMRO e o Banker's Trust, tanto em Nova York como em São Paulo, Brasil. Tem trabalhado com reestruturação da dívida e administração de obrigações para uma série de mutuários empresariais e governamentais, inclusive o Brasil, México, Argentina, Colômbia, Venezuela e Uruguai. Antes da sua carreira em finanças, Rubin serviu como director executivo da Câmara de Comércio EEUU-Angola. Bacharelou-se com honras na Universidade de Yale e na Universidade da Cidade do Cabo e recebeu um título de mestre em Relações Internacionais e Estudos Africanos da Escola de Estudos Internacionais Avançados Paul H. Nitze, da Universidade Johns Hopkins.

**Marian L. Tupy** é analista de políticas públicas do Centro para a Liberdade e Prosperidade do Instituto Cato, especializada no estudo da Europa e da África Subsaariana. Seus artigos têm sido publicados, entre outros, no *Financial Times* e no

*Wall Street Journal*, Europa. Recebeu o seu bacharelado em relações internacionais e estudos clássicos da Universidade de Witwatersrand, em Johannesburg, África do Sul, e o seu doutoramento em relações internacionais da Universidade de St. Andrews, na Inglaterra.

**Nancy J. Walker** é presidente da AfricaNet, um instituto internacional independente que se concentra em segurança humana e governação do sector de segurança em África, servindo como recurso profissional para assuntos de desenvolvimento a líderes civis e militares de todo o continente. No início de 2004, a doutora Walker renunciou ao seu cargo no governo dos Estados Unidos da América, depois de nele trabalhar durante quase quinze anos. Também trabalha para a Secção da ONU encarregada da África Ocidental, para o assessor especial de assuntos africanos na ONU, para a Academia Internacional da Paz, para a Femmes África Solidarité e outras organizações. Serve também no conselho de assessoria internacional do Centro de Genebra para Controle Democrático das Forças Armadas e no conselho de directores do Comité Americano do Programa da ONU para o Desenvolvimento.

**Steven D. Winch** é vice-presidente da Ripplewood Holdings LLC, um fundo de capital privado baseado em Nova York, que investe tanto no mercado dos Estados Unidos quanto de países emergentes. Antes, trabalhou para a McKinsey & Company, Inc. em missões nos Estados Unidos, Ásia, Austrália, América Latina e Europa Oriental. Antes da McKinsey, trabalhou em junções e aquisições de empresas para a Salomon Brothers Inc.

**Frank G. Wisner** é vice-presidente de assuntos estrangeiros do American International Group, Inc. Diplomata de carreira com o nível de embaixador de carreira, o mais alto do serviço diplomático americano, foi embaixador dos Estados Unidos na Índia (1994–97), na Zâmbia (1979–82), no Egito (1986–91) e nas Filipinas (1991–92). O embaixador Wisner serviu o governo dos Estados Unidos da América numa série de altos cargos, inclusive como vice-secretário da defesa para políticas públicas (1993–94), vice-secretário de estado para assuntos de segurança internacional (1992–93), vice-secretário

adjunto sênior para assuntos africanos (1982–86), director de assuntos da África Austral (1976) e vice-secretário executivo do Departamento de Estado (1977).

**James D. Zirin** é membro da banca de advocacia Sidley Austin LLP, de cujo departamento de litígio é sócio. Antes foi promotor adjunto no distrito austral de Nova York, subordinado a Robert M. Morgenthau. Contribuiu com centenas de artigos de opinião jurídica e política estrangeira para o *Los Angeles Times*, *Washington Times*, *London Times*, e para a revista *Forbes*. É co-diretor do programa de televisão por cabo Digital Age. É membro do conselho de assessoria da Escola de Assuntos Públicos e Internacionais Woodrow Wilson, da Universidade de Princeton, e membro da Ordem Americana de Advogados de Litígio.

## DECLARAÇÃO DE MISSÃO DO CENTRO DE ACÇÃO PREVENTIVA

O Centro de Acção Preventiva procura ajudar a prevenir, tornar menos tensos ou resolver conflitos fatais no mundo e ampliar o conjunto de conhecimentos a respeito de prevenção de conflitos. O centro fã-lo por meio de um fórum em que representantes de governos, organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresas e da sociedade civil podem encontrar-se para criar estratégias operacionais oportunas para a promoção da paz em situações específicas de conflito. O centro concentra-se em conflitos em países ou regiões que afectam os interesses dos Estados Unidos, mas que podem não estar a ser percebidos, onde a prevenção parece possível e quando os recursos do Conselho de Relações Exteriores podem fazer uma diferença. O centro alcança estas metas por meio de:

- Convocação de comissões independentes de acção preventiva constituídas por membros do Conselho e outros peritos. As comissões criam estratégias práticas e que possam ser usadas para a prevenção de conflitos, moldadas para os factos do conflito específico.
- Divulgação de relatórios especiais do conselho, a fim de avaliar e reagir rapidamente à situações de conflito em evolução e formular recomendações oportunas e específicas de política, que o governo dos Estados Unidos, a comunidade internacional e personalidades locais possam usar para limitar o potencial de violência fatal.
- Engajamento do governo e da imprensa dos Estados Unidos nas iniciativas de prevenção do conflito. O pessoal do centro e os membros das comissões encontram-se com funcionários do governo e com parlamentares para informá-los sobre as verificações e recomendações do centro, facilitam contatos entre funcionários do governo e personalidades importantes, locais e estrangeiras, e aumentam o conhecimento entre jornalistas de pontos potenciais de conflito em todo o mundo.

- Formação de redes com organizações e instituições internacionais, para complementar e impulsionar a influência estabelecida pelo Conselho na arena da política dos Estados Unidos e aumentar desta forma o impacto das recomendações do Centro.
- Fornecer uma fonte de perícia sobre prevenção de conflitos, que inclui pesquisa, estudos de casos e lições extraídas de conflitos passados, que os formuladores de política e cidadãos privados podem usar para prevenir ou aliviar futuros conflitos fatais.





## COMISSÃO DE ASSESSORIA DO CENTRO DE ACÇÃO PREVENTIVA

**John W. Vessey Jr.**

General, Exército dos EEUU (Ref.);  
Presidente, Comissão de Assessoria

**Morton I. Abramowitz**

The Century Foundation

**Peter Ackerman**

Rockport Capital, Inc.

**Patrick M. Byrne**

Overstock.com

**Antonia Handler Chayes**

Tufts University

**Leslie H. Gelb**

Council on Foreign Relations

**Joachim Gfoeller Jr.**

G.M.G. Capital Partners, LP

**Richard N. Haass**

Council on Foreign Relations

**David A. Hamburg**

Cornell University Medical College

**John G. Heimann**

Financial Stability Institute

**George A. Joulwan**

General, Exército dos EEUU (Ref.);  
One Team, Inc.

**Jane Holl Lute**

United Nations

**Vincent A. Mai**

AEA Investors LLC

**Margaret Farris Mudd**

Financial Services Volunteer Corps

**Kenneth Roth**

Human Rights Watch

**Barnett R. Rubin**

New York University

**Julia Vadal Taft**

**Robert G. Wilmers**

Manufacturers & Traders Trust Co.

**James D. Zirin**

Sidley Austin, LLP